

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aul

Atualidades p/ PM-SP (Soldado) Com Videoaulas - Pós-edital

Professor: Leandro Signori, Matheus Signori (Equipe Leandro Signori)

AULA 00 - Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso da **POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO** para o cargo de **SOLDADO**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, gaúcho de Lajeado. Ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e Geografia.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso.

Conforme o edital, serão cobrados os seguintes conteúdos:

ATUALIDADES: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 1º de outubro de 2018, divulgados na mídia local e/ou nacional.

Vejam que é um conteúdo datado. A prova será no dia 28/07/2019. Assim, serão cobrados conhecimentos sobre fatos ocorridos em um período anterior a dez meses da data de aplicação da prova. No entanto, a prova será elaborada antes, em torno de trinta dias anteriores a data da sua aplicação. Assim, o que acontecer no mês de julho dificilmente terá a possibilidade de ser cobrado na nossa prova.

Desta forma, nas aulas 00 e 01, iremos abordar uma seleção de temas e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais deste período, com uma explicação



completa. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Na aula 02 teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo nos meses de outubro de 2018 a junho de 2019. A aula 03 será uma bateria de questões comentadas sobre fatos recentes ocorridos no período descrito no edital.

Por fim, a última aula do curso será somente em vídeos com provas recentes da Vunesp, onde comentarei as questões aplicadas.

Este é o nosso cronograma:

Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais
01	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais
02	Retrospectiva de Atualidades de Janeiro a Junho de 2019
03	Bateria de Questões Comentadas
04	Provas Comentadas da Vunesp (somente em vídeo)

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns AVISOS IMPORTANTES:

1) Com o objetivo de **otimizar os seus estudos**, você encontrará, em **nossa plataforma (Área do aluno)**, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como **“Resumos”, “Slides” e “Mapas Mentais”** dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela **Trilha Estratégica e Monitoria** da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o **melhor caminho** a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a **responder as seguintes perguntas**:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?
- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?
- **“Estou sem tempo e o concurso está próximo!”** Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?
- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?
- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?
- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da “Monitoria”, pelo *Link* da nossa **“Comunidade de Alunos”** no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é **exclusiva** para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da **“Monitoria”** também serão respondidas na nossa **Comunidade de Alunos** do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.





Sumário

1 – União Europeia	5
<i>1.1 O Brexit</i>	<i>7</i>
2 – A questão Israel-Palestina	12
3 - Irã	18
4 – Conflito na Caxemira entre Índia e Paquistão.....	19
5 – Estados Unidos.....	21
6 – Venezuela	26
7 – Cuba	31
8 – França – coletes amarelos	33
9 – Unasul e Prosul	35
10 – Questões comentadas	37
11 – Lista de questões.....	63
12 – Gabarito.....	75





1 – UNIÃO EUROPEIA

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de capitais, ao reduzir barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxas impostas ao cruzar a alfândega. Os acordos entre os países reduziram e em alguns casos acabaram com essas barreiras comerciais.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre aqueles países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos e taxas de importação de terceiros.

- **Mercado comum** - É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

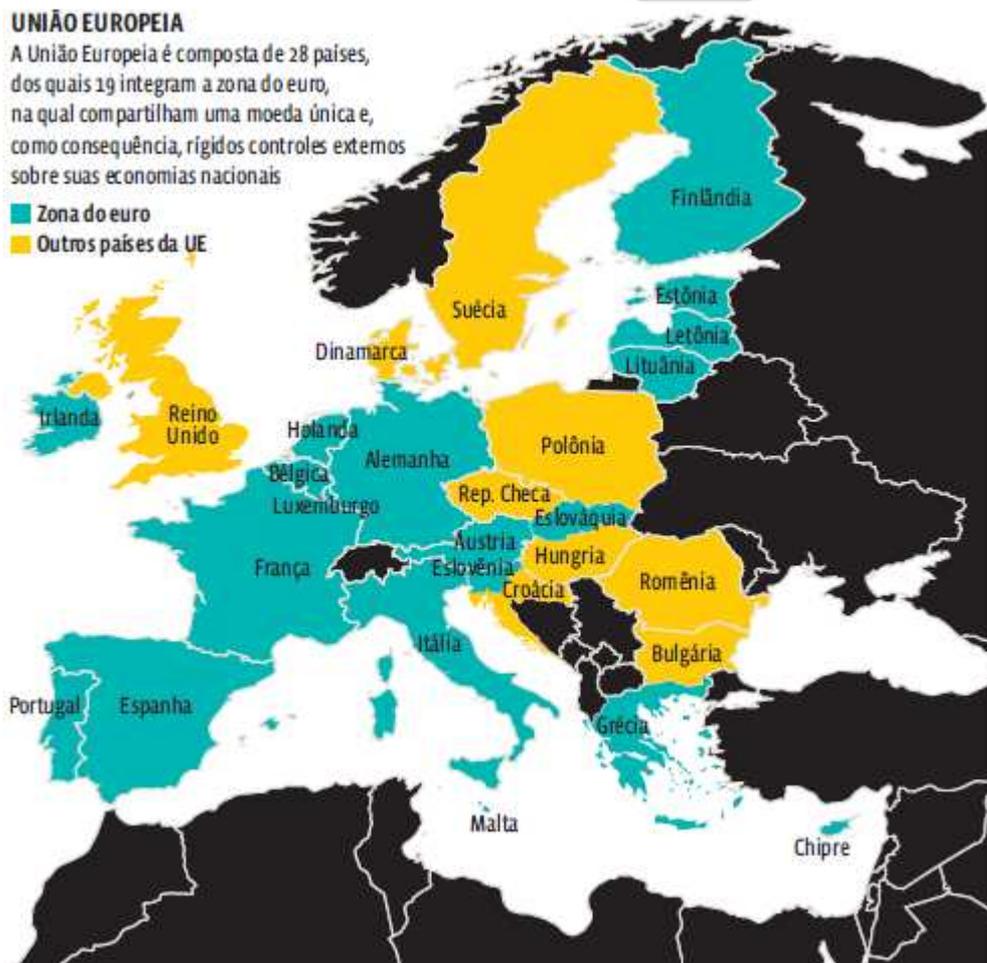
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com valor significativamente mais alto, em razão das taxas impostas ao cruzar a alfândega. Os acordos entre os países reduziram, e em alguns casos acabaram, com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 28 países membros (Estados-partes).





As suas origens remontam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão através da adesão de novos Estados membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência através da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht instituiu a União Europeia com o nome atual em 1993.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. O **Reino Unido NÃO** faz parte da Zona do Euro, a sua moeda é a libra esterlina.

No âmbito da União Europeia vigora a livre circulação de pessoas. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após aí ter deixado trabalhar e usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a livre circulação de pessoas. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e seis países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência. Em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados-não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia, Irlanda e Reino Unido.

A crise econômica mundial de 2008, trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande fluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

1.1 O BREXIT

O **Reino Unido** é um dos países onde a permanência no bloco é fortemente questionada. É um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Os britânicos – como são chamados - não fizeram parte das origens da União Europeia. Foi somente em 1973 que o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Dois anos depois, em 1975, renegociou as condições de participação e realizou um referendo sobre a permanência na CEE. Na época, os britânicos votaram por continuar na Comunidade Econômica.



Quatro décadas após o referendo, em junho de 2016, em um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado de **“Brexit”**. É uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída).

Na votação, os eleitores tinham de responder a apenas uma pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia de David Cameron. Theresa May assumiu como primeira-ministra.

Por enquanto, o Reino Unido continua fazendo parte da União Europeia, já que a saída não é automática. O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu.

Os termos da negociação foram muito criticados por defensores do Brexit. Altos funcionários do governo britânico, inclusive ministros, renunciaram por discordarem de alguns termos da negociação final.

Principais pontos negociados:

- Após a saída do Reino Unido haverá um **período de transição** que irá até **31 de dezembro de 2020** para dar tempo de os dois lados acertarem um acordo quanto às trocas comerciais bilaterais.

- **Fatura de saída do Reino Unido** – Enquanto membro da União Europeia, o país faz parte do orçamento do bloco, recebendo investimentos e contribuindo financeiramente para o cofre geral. A União Europeia possui um orçamento comum e fundos setoriais. Atualmente está em vigor o



orçamento do período de 2014-2020. O Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 39 bilhões de libras (R\$ 192 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus). Uma das críticas dos defensores do Brexit era justamente sobre o direito de acesso dos cidadãos europeus ao sistema de proteção social britânico.

- Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte – A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido.

A Irlanda tornou-se independente do Reino Unido em 1922, após três anos de conflito armado onde se destacou o Exército Republicano Irlandês (IRA), fundado em 1919. A ilha da Irlanda foi dividida em duas, a maior parte formou a República da Irlanda, independente. A parte norte, denominada de Irlanda do Norte, com 75% da população protestante, ficou sob controle do Reino Unido. A Irlanda é um país majoritariamente católico.

Como os protestantes eram maioria no norte, decidiam candidaturas políticas e plebiscitos, entre outros, acabavam impedindo que a vontade católica se manifestasse, além de discriminá-los. Por isso, o IRA continuou a lutar pela independência da região e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 2005, o IRA anunciou o fim da luta armada e a entrega de armas. Antes disso, em 1998, foi assinado o Acordo de Belfast, pelos governos britânico e irlandês, e apoiado pela maioria dos partidos políticos norte-irlandeses. O acordo tinha por finalidade acabar com os conflitos entre nacionalistas (separatistas) e unionistas (pró-Reino Unido) sobre a questão da união da Irlanda do Norte com a República da Irlanda, ou sua continuação como parte do Reino Unido.

Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

A saída do Reino Unido da União Europeia implicará um controle de fronteiras entre ambos. Há um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Nas negociações já realizadas, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, mas não chegaram a um acordo de como isso será feito.

Irlanda cria impasse no Brexit

Futuro da fronteira entre britânicos e irlandeses é incerto



Infográfico elaborado em: 21/09/2018

Gibraltar – Espanhóis e britânicos têm um desentendimento histórico sobre quem tem o direito de exercer soberania sobre esse minúsculo território no sul da Espanha, com 6,8 km² e 32 mil habitantes.

O Tratado de Utrecht, de 1713, estabeleceu o controle britânico sobre o território, conquistado durante a guerra de secessão espanhola junto aos holandeses. A península, desde então, é um território britânico ultramarino.

Para o Reino Unido, controlar Gibraltar é importante por razões militares, uma vez que garante o controle de todas as navegações que entram e saem do Mediterrâneo. Já a Espanha reclama o território sobretudo por razões históricas - não admite ter perdido sua soberania. Cerca de metade da força de trabalho gibraltina é de espanhóis que, diariamente, atravessam a fronteira.

Porém, com maioria populacional de origem britânica, o governo de Londres não está disposto a abrir mão de um território habitado por seus cidadãos.

Na negociação ficou definido que qualquer decisão sobre o território será tomada em conversas diretas entre a Espanha e o Reino Unido, o que anteriormente era feito com a mediação da União Europeia.



Território britânico de Gibraltar

Área é alvo de disputa com a Espanha



Infográfico elaborado em: 23/11/2018



Após a negociação, a União Europeia e o Reino Unido deveriam aprovar o acordo. O Conselho da União Europeia aprovou o acordo em novembro de 2018. Já o Parlamento britânico rejeitou o acordo em janeiro de 2019. Foram 432 votos contra e 202 a favor. Theresa May reapresentou a proposta em 12 de março, sendo reprovada com 391 votos contra e 242 a favor. A primeira-ministra apresentou a proposta pela terceira vez em 29 de março, sendo novamente recusada, com 344 votos contra e 286 a favor.

Após a primeira derrota, Theresa May solicitou uma ampliação do prazo para a saída do país do bloco europeu, o que foi aceito pela União Europeia. Ficou estabelecido a data de 22 de maio, mas para isso o Reino Unido deverá aprovar o acordo que foi negociado. Caso ele não seja aprovado, a data de saída, em princípio, será em 12 de abril.

Um dos pontos de divergência dos parlamentares favoráveis ao Brexit e que votaram contra o acordo é sobre a questão da fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. May defendia o chamado "backstop", uma solução onde a Irlanda do Norte se manteria parcialmente na União Europeia. De certa forma, isso evitaria postos de controle na fronteira.





Os mais conservadores e eurocéticos não acreditam nessa solução pois, dessa forma, o Reino Unido se manteria parcialmente submisso à União Europeia, mas numa posição mais desfavorável como Estado não-membro.

Os meses de janeiro, fevereiro e março foram intensos no país dos britânicos, especialmente o mês de março. O Legislativo aprovou uma resolução que lhe deu maior poder de decisão sobre quais os termos que deseja para um acordo de saída. Os debates, as proposições alternativas e votações consultivas sobre o que fazer se sucedem no parlamento, sem, no entanto, ser alcançada uma decisão que agrade a maioria.

No final do mês de março, o cenário era incerto e os próximos dias, ou talvez, semanas eram de incerteza sobre o que poderia ocorrer num futuro muito próximo. Se nenhuma nova solução for acertada com a União Europeia, o desdobramento natural será um Brexit sem acordo.

2 – A QUESTÃO ISRAEL-PALESTINA

A região da Palestina foi ocupada e conquistada por muitos povos, entre eles os judeus. No século VI a.C., o povo judeu iniciou sua primeira dispersão pelo mundo, mas seu projeto de possuir um território só se concretizou após a Segunda Guerra Mundial.

O Estado de Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX, com objetivo de criar uma pátria para o povo judeu. Colonos judeus da Europa Central e Oriental, onde o antissemitismo (discriminação contra os judeus) era mais intenso, instalaram-se na Palestina, que tinha então população majoritariamente árabe.

O apoio internacional à criação de um Estado judaico aumentou depois da II Guerra Mundial, ao ser revelado o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, o Holocausto. Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos. Esses acontecimentos são lembrados até hoje por eles como a *nakba*, palavra árabe que significa “catástrofe”.

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.



Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, proclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz assinados entre os países afirmaram a autonomia dos palestinos na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia.

Os Acordos de Oslo (1993-1995), assinados entre palestinos e israelenses, com mediação dos EUA, traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), como embrião do futuro Estado.

Evolução territorial

■ Área histórica da Palestina ■ Estado árabe ■ Estado judeu

1921

Domínio britânico



Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947

Proposta da ONU



Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948

Fundação de Israel



Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967

Após a Guerra dos Seis Dias



Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993

Tratado de Oslo



Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense**. Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Em consequência, o Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois decorridos mais de 60 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical de origem guerrilheira, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Nos últimos 25 anos, essa perspectiva geral dos “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. Do lado israelense, o atual governo defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos **assentamentos israelenses na Cisjordânia**.

Desde 1967, Israel implanta colônias judaicas na Cisjordânia, onde hoje vivem cerca de 400 mil judeus em mais de cem assentamentos, em meio a 2,9 milhões de palestinos. Israel instalou também colônias judaicas no setor oriental de Jerusalém para justificar a soberania sobre a área.

Dessa forma, o governo israelense mantém a política de criar assentamentos nos territórios destinados ao futuro Estado palestino. Colonos israelenses instalam-se, expulsam os palestinos e formam povoações. Em 2005, Israel decidiu de forma unilateral retirar todos os 21 assentamentos existentes na Faixa de Gaza. Mas a presença judaica na Cisjordânia só tem aumentado.

Outra divergência é sobre o **status da cidade de Jerusalém**. Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, também ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital.

Ponto de honra para os árabes nas negociações é o **direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras** de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo.

Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.

Por fim, há a questão da **desmilitarização da Palestina**. Israel defende que o Estado palestino não possua Forças Armadas e que a segurança inicialmente seja feita pelas tropas israelenses até a transferência para a Otan – a aliança militar ocidental. A proposta não agrada aos palestinos.

Em 2012, a ONU concedeu à Palestina a condição de “Estado observador não membro”. Mais de 140 Estados, inclusive o Brasil, já reconhecem o Estado da Palestina.

A transferência da embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém

Em dezembro de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.



Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a Esplanada das Mesquitas, onde se localizam a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha (local onde Maomé teria ascendido aos céus) e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado). Os judeus denominam a Esplanada das Mesquitas de Monte do Templo, pois elas foram construídas no local onde se situava o antigo Templo de Salomão.

Após a partilha da Palestina, pela ONU, em 1948, Jerusalém foi colocada sob administração internacional. Na guerra da independência, Israel conquistou a parte ocidental da cidade. A parte oriental ficou sob o controle da Jordânia.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a parte oriental da cidade. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus.

A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade. Os palestinos consideram Jerusalém como a capital de um futuro Estado próprio, reivindicando para isso a parte oriental da cidade.

Além dos Estados Unidos, a Guatemala também transferiu a sua embaixada para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital de Israel. O Paraguai também tinha transferido a sua embaixada em maio de 2018, mas em agosto do mesmo ano, o novo presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, reverteu a decisão, levando a embaixada de volta para Tel Aviv. Em março de 2019, Romênia e Honduras reconheceram Jerusalém como capital de Israel. O primeiro anunciou a transferência da sua embaixada e o segundo a abertura de um escritório comercial na cidade.

O governo brasileiro e Jerusalém

Jair Bolsonaro defendeu na campanha eleitoral a transferência da embaixada do Brasil para Jerusalém, o que, se efetivada, implicará no reconhecimento do nosso país da cidade como capital de Israel. Atualmente a nossa embaixada está em Tel Aviv.

O presidente fez uma visita a Israel entre 31 de março e 02 de abril de 2019, onde anunciou a **abertura de um escritório de negócios para a promoção do comércio, investimentos e intercâmbio em inovação e tecnologia, uma repartição sem status diplomático**, para estimular negócios entre os países.

O anúncio de Bolsonaro desagradou os defensores da mudança da sede da embaixada brasileira e os contrários, ou seja, desagradou aos dois lados. **O presidente disse que a transferência da embaixada será paulatina e que será realizada no seu governo.**

Segmentos evangélicos, que apoiaram fortemente a candidatura de Bolsonaro, e setores políticos de direita defendem a mudança da embaixada para Jerusalém. Os evangélicos por questões teológicas, especialmente ligadas ao chamado "dispensacionalismo", doutrina que liga o estabelecimento dos judeus na Palestina à volta de Jesus Cristo, que será em Jerusalém, no templo de Salomão, que terá que ser reconstruído, no lugar onde hoje se localiza a Esplanada das Mesquitas



ou Monte do Templo. Para setores políticos de direita, Israel é um símbolo da luta contra o globalismo e da visão de mundo ocidental que possuem.

A proposta de levar a embaixada para Jerusalém contraria a tradição diplomática brasileira, de seguir a orientação da ONU e esperar uma resolução do conflito entre israelenses e palestinos para definir o status de Jerusalém, que ambos os povos clamam como sua capital.

O anúncio do escritório de negócios e a hipótese de mudança da embaixada gera preocupações de que possam afetar as exportações brasileiras para países árabes e islâmicos, com os quais temos grande superávit comercial, de vários bilhões de dólares, que estão entre os principais importadores de açúcar e de carne bovina e de frango, especialmente com o selo halal, que atesta técnica de abate conforme preceitos islâmicos.

No entanto, no curto prazo, por questões técnicas, de produção, de preço competitivo e de conflitos geopolíticos, será difícil substituir as carnes e o açúcar brasileiro pelos produzidos em outros países. A médio e longo prazo, dependendo de várias situações e de disputa por parte de outros países sobre o nosso mercado, essa é uma hipótese a ser considerada.

As exportações para Israel representam menos de 0,2% do comércio exterior brasileiro e temos um déficit comercial expressivo. Em 2018 exportamos US\$ 321 milhões e importamos US\$ 1,168 bilhões, com déficit comercial de US\$ 847 milhões. Com este maior alinhamento político com Israel, o governo brasileiro espera desenvolver mais parcerias com o país, como na aquisição de tecnologia nas áreas de agricultura irrigada e segurança.

Destaca-se que nos governos anteriores, o Brasil sempre teve uma boa relação comercial com Israel, que é, inclusive, um dos poucos países com os quais o MERCOSUL possui um acordo de livre comércio.

O que são carnes halal?



Os animais são abatidos conforme as regras estabelecidas pela lei islâmica. Com uma faca especial afiada, o abatedor corta a traqueia, o esôfago e as principais veias e artérias do pescoço. **O animal deve morrer em segundos, mas continuar a sangrar até o escoamento completo do organismo.**

Animais permitidos



Vacas



Aves de curral



Ovelha



Cabras



Porcos são proibidos

Exportações brasileiras em 2018



FRANGO

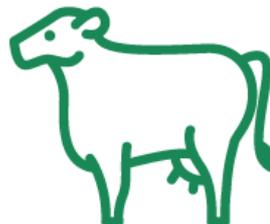
1,966 milhão

de toneladas de frango halal, quase **50%** do total de carne de frango exportado no ano

CARNE BOVINA

341.662

quilos de carne bovina halal – **20,8%** do total de carne bovina exportada



51,9%

da proteína animal importada por países árabes em 2017 foi fornecida pelo Brasil

Fonte: Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), Centro de Comércio Internacional (ITC).

BBC

3 - IRÃ

O Irã ocupa lugar central no xadrez do Oriente Médio. O regime define-se desde a Revolução de 1979 como uma república islâmica e segue a vertente xiita do Islamismo. Posiciona-se frontalmente contra Israel e é aliado do regime sírio de Bashar al-Assad, exercendo também influência sobre partidos xiitas que estão no governo do Iraque. Dessa forma, busca formar um arco xiita de poder, centrado na oposição a Israel e às monarquias sunitas do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Barein e Catar.

Desde 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), os EUA e as potências ocidentais tentavam impedir o avanço do programa nuclear iraniano. Eles acusavam o país de desenvolver a tecnologia de enriquecimento de urânio com a intenção de fabricar armas nucleares. O Irã negava.

A ONU exigia que o Irã parasse de enriquecer urânio e autorizasse o acesso irrestrito da AIEA às suas instalações. Diante da negativa do Irã, foram aprovadas quatro rodadas de sanções contra o país, entre 2006 e 2010.

Os EUA e a União Europeia, em 2011, decretaram o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que compravam petróleo do país. Foram também estabelecidas sanções contra o sistema bancário do Irã. O embargo levou à queda expressiva nas exportações de petróleo iraniano, comprometendo a obtenção de divisas externas.

Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado de 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o programa nuclear do país. O acordo limitou e condicionou o programa, de forma que não seja possível ao país desenvolver armas nucleares, em troca da retirada das sanções internacionais que asfixiavam a economia iraniana. O acordo autorizou o Irã a prosseguir com um programa nuclear civil e abriu o caminho para uma normalização da presença do país no cenário internacional.

Os iranianos se comprometeram a reduzir a sua capacidade nuclear (redução de dois terços do número de centrífugas de urânio em 10 anos, de 19.000 para 6.104 e a diminuição das reservas de urânio enriquecido) e a permitir que os inspetores da AIEA realizem inspeções profundas em suas instalações.

O Irã se comprometeu a limitar suas atividades nucleares em troca do alívio em sanções internacionais. Entre as metas assumidas por Teerã estão a redução do estoque de urânio enriquecido do país — material usado para produzir combustível para reatores e armas nucleares — durante 15 anos, a limitação, no período de 10 anos, do número de centrífugas para enriquecer a substância e a modificação de um reator de água pesada, de modo que não seja capaz de produzir plutônio — substituto para o urânio usado em bombas.

Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo. Desde quando era pré-candidato a presidente, Donald Trump vinha criticando o texto, articulado pelo antecessor Barack Obama. Dentre os pontos que os EUA criticam estão o período limitado de restrição às atividades nucleares do Irã, a suposta incapacidade do documento de deter o desenvolvimento de



mísseis balísticos pelos iranianos, e, por fim, a liberação de US\$ 100 bilhões de ativos internacionais do país que estaria sendo usada como "um fundo para armas, terror e opressão" no Oriente Médio.

Com a saída do acordo, os EUA retomaram a aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

4 – CONFLITO NA CAXEMIRA ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO

Em 14 de fevereiro de 2019, um ataque suicida com um carro-bomba matou 44 policiais na Caxemira indiana. Foi o ataque mais letal na região em muitos anos.

O grupo que reivindicou a autoria, chamado Jaish-e-Mohammad, segue o islamismo e almeja que toda a Caxemira se torne parte do Paquistão. A Índia, de maioria hindu, afirma que o grupo recebe apoio do governo paquistanês, que sempre nega vínculo com extremistas.

No dia 26 de fevereiro, a Índia respondeu bombardeando um campo de treinamento do Jaish-e-Mohammad na Caxemira paquistanesa, sob o argumento de que o país vizinho não agiu contra o grupo. No dia seguinte, 27 de fevereiro, o Paquistão respondeu atacando o território indiano. No confronto, os paquistaneses informaram terem derrubados dois caças da Força Aérea do país vizinho, que por sua vez informou ter derrubado um caça paquistanês.

Com as tensões em alta, os dois países aumentaram o nível de alerta das suas forças.

A Caxemira indiana é o único estado da Índia com a maioria da população muçulmana, em contraste com o predomínio da religião hindu no restante do país. Há décadas o local vive sob protestos populares e ataques violentos de grupos que querem ou uma Caxemira independente ou se juntar ao Paquistão, onde aproximadamente 95% da população segue o islamismo.

As forças de segurança indianas respondem com violência — segundo organizações de direitos humanos, policiais e militares praticam frequentemente execuções, estupros, torturas, agressões, prisões arbitrárias e outras violações.

A Caxemira é a região mais militarizada do mundo. Índia e Paquistão têm armas nucleares, portanto a relação entre eles gera maior preocupação internacional. Os demais países que têm bombas atômicas são China, Coreia do Norte, Estados Unidos, França, Israel, Reino Unido e Rússia.



A história entre os dois países

Por quase cem anos, a Índia e o Paquistão fizeram parte da mesma colônia britânica. Movimentos nacionalistas chegaram ao auge da força na década de 1940 e conquistaram a independência em 1947.

O movimento independentista não era unificado. De um lado, o líder político hindu Mahatma Gandhi almejava um só país independente. De outro, o líder político muçulmano Muhammad Ali Jinnah pleiteava uma divisão, com um país de maioria islâmica e outro de maioria hindu.

Nas negociações finais com o Reino Unido, os britânicos decidiram repartir o território com fronteiras religiosas e só depois disso se retiraram do poder.

A divisão por critério religioso impulsionou a violência entre a população dos dois novos países. Famílias inteiras buscaram migrar para um território onde se sentissem seguras e encontrassem apoio de pessoas da mesma religião. Mais de 1 milhão de pessoas morreram pela violência nesse período, e 15 milhões tiveram que deixar as suas casas.

A situação da Caxemira

Dentro do território que tinha sido controlado pelo Reino Unido, havia centenas de pequenos Estados próprios, chamados Estados principescos. Eles colaboravam com os britânicos e, em troca, detinham certa autonomia interna.

Com a independência, esses Estados tiveram de escolher se fariam parte da Índia ou do Paquistão. O maior deles era a Caxemira, na época governada por hindus, mas com a maioria da população muçulmana.



Em 1947, o governante da Caxemira, Hari Singh, avaliou que escolher qualquer um dos dois seria demasiadamente arriscado e decidiu formar um novo país independente.

Com o intuito de controlar a região, forças paramilitares muçulmanas e, mais tarde, o Paquistão atacaram a Caxemira. Singh recorreu à Índia, que o ajudou, sob a condição de que a região passaria a ser momentaneamente indiana. Depois da guerra, a população da Caxemira deveria votar num plebiscito para decidir a que país se unir — a opção de uma Caxemira independente não estava mais na mesa. Essa consulta popular, contudo, nunca aconteceu.

Em 1949, com o fim da guerra e sem plebiscito, as Nações Unidas intercederam para negociar uma fronteira na Caxemira e reparti-la entre os dois países. É praticamente a mesma fronteira em voga hoje, chamada “linha de controle”.

A indefinição e falta de um plebiscito nos anos 1940 está na origem da insatisfação que existe hoje na Caxemira. No lado indiano, que é o mais conflituoso, parte da população deseja independência ou se juntar ao Paquistão. No lado paquistanês, alguns grupos almejam a autonomia.

5 – ESTADOS UNIDOS

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Nas eleições presidenciais de 2016, **Donald Trump**, candidato do **Partido Republicano**, foi eleito Presidente dos Estados Unidos, derrotando **Hillary Clinton**, candidata do **Partido Democrata**.

O atual presidente tomou posse no dia 20/01/2017 e em 20/01/2019 chegou a metade do mandato de quatro anos. Polêmicas à parte, Donald Trump vem buscando implementar as promessas de campanha, que levaram à sua eleição.

Vejamos os principais aspectos e fatos ocorridos no período presidencial até o presente:

Globalização e comércio internacional

A formação e multiplicação de blocos econômicos é uma característica da economia globalizada, a qual os Estados Unidos têm defendido e se integrado. Contudo, Trump foi eleito como expressão de um movimento que questiona a globalização e defende políticas protecionistas que restrinjam as importações como forma de aquecer a economia e gerar empregos. O presidente demonstrou repetidamente que prefere os acordos comerciais bilaterais aos multilaterais.

Cumprindo promessa de campanha, uma das primeiras medidas do seu governo foi a assinatura de uma ordem executiva que **retirou os Estados Unidos do Tratado Transpacífico (TTP)**.

Outro tratado que foi bastante criticado é o **Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta)**. Para Trump, os termos do Tratado eram prejudiciais à economia norte-americana. Críticos



do bloco argumentam que o Nafta levou à perda de 600 mil empregos industriais nos Estados Unidos. Para outros economistas, os problemas do setor industrial norte-americano ocorreriam com ou sem a existência do Nafta, e a perda de empregos já era uma realidade em virtude da automação industrial e da integração da China ao comércio mundial, consolidada nos primeiros anos do século XXI.

Na campanha, o presidente prometeu rever os termos do acordo, o que efetivamente ocorreu. As negociações se iniciaram no início do seu mandato e em agosto de 2018, Trump anunciou que os EUA e o México chegaram a um acordo comercial que revisa partes importantes do Nafta. O acordo foi denominado de "**The United States-México Trade Agreement**" (**Acordo Comercial Estados Unidos-México**). O Canadá aderiu ao novo acordo em outubro de 2018, que passou a ser denominado de **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá** ou de **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)**.

Para entrar em vigor, os novos acordos precisam ser aprovados no Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

Por fim, Trump suspendeu as negociações sobre um tratado de livre-comércio entre EUA e União Europeia, denominado de **Parceria Transatlântica (TTIP)**.

Imigração

O presidente é um duro crítico da migração ilegal e dos imigrantes que vivem ilegalmente no país. Também propõe endurecer os critérios para a entrada de migrantes legalmente no país.

A principal promessa é a da **construção de um muro na fronteira com o México**. Para o presidente, a obra é necessária para coibir a entrada de imigrantes ilegais e drogas provenientes do México. Parte da fronteira entre os dois países já está fisicamente separada por um muro. De acordo com Trump, o muro seria pago pelo vizinho do sul, que, por sua vez, tem afirmado peremptoriamente que não pagará pela sua construção.

O decreto autorizando o erguimento da barreira foi assinado em janeiro de 2017. No entanto, para a construção do muro, é necessário alocar uma vultosa quantia de recursos no orçamento federal, o que Trump não tem conseguido até o momento, pois o Congresso norte-americano não aprova essa medida.

Outra promessa de campanha encaminhada foi a **suspensão da entrada de imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos**. O presidente justifica que a medida é necessária para evitar a entrada de terroristas no país.

Trump assinou decretos que suspendiam temporariamente a entrada nos Estados Unidos de imigrantes provenientes de alguns países de maioria muçulmana. Muito criticada por organismos internacionais e por governantes de outros países, as medidas acabaram sendo bloqueadas como inconstitucionais pela Justiça dos EUA.

Após idas e vindas judiciais, a Suprema Corte validou a última versão do decreto que proíbe em diferentes graus a entrada em território americano de cidadãos de 7 países - sendo 5 deles de





maioria muçulmana: Coreia do Norte, Iêmen, Irã, Líbia, Síria, Somália e Venezuela. As restrições de venezuelanos se centram em funcionários do governo.

O presidente tomou outras medidas em relação à imigração, como o fim do programa Daca e o encerramento do status de proteção que permite que mais de 200 mil cidadãos de El Salvador, Haiti e Nicarágua permaneçam nos EUA. O programa Daca foi criado em 2012, durante a gestão de Barack Obama, para regularizar temporariamente imigrantes em situação ilegal que chegaram aos Estados Unidos quando eram menores de idade.

A política migratória de “**tolerância zero**” com imigrantes irregulares adotada pelo governo foi muito criticada quando imagens de crianças que foram separadas de seus pais e detidas em um armazém texano vieram à tona. Pressionado, Trump teve que dar um passo atrás em sua política migratória, assinando um decreto que ordena a prisão daqueles que entram ilegalmente no país, porém proíbe que estas pessoas sejam separadas de seus filhos e filhas.

Saúde

Nos EUA, não há um sistema de saúde pública, mas, sim, planos privados de saúde. No governo de Barack Obama, foi aprovada e entrou em vigor a Lei de Proteção ao Paciente e Serviços de Saúde Acessíveis (“The Patient Protection and Affordable Care Act”, em inglês), que ficou conhecida como Obamacare.

A legislação estabelece que todo aquele que vive nos EUA está obrigado a ter um seguro de saúde – quem não tiver terá de pagar uma taxa (chamada de “imposto” pelo texto da lei). O governo se encarregou de subsidiar o pagamento dos planos de saúde para os mais pobres. A reforma da saúde propiciou a 32 milhões de americanos, que não tinham nenhuma cobertura de saúde, a ter um plano privado de saúde.

Para Trump, o Obamacare é uma afronta à livre iniciativa e à liberdade das pessoas, por isso prometeu rever a reforma da saúde de Obama. Um projeto foi aprovado na Câmara dos Representantes, mas ainda não pelo Senado da República.

O presidente se mobilizou de outras maneiras para mudar o sistema criado por seu antecessor. E suspendeu os pagamentos governamentais às companhias de seguro de saúde, que ajudavam a diminuir os preços de planos de saúde para cidadãos de baixa renda e cortou o financiamento para incentivar os americanos a se cadastrarem nos planos de saúde.

No final de 2017, o Congresso norte-americano suspendeu a obrigatoriedade do seguro de saúde, eliminando a multa imposta aos americanos sem plano de saúde.

Meio Ambiente

Trump cumpriu a promessa de campanha e **retirou os EUA do Acordo do Clima de Paris**, relativo à mudança do clima e ao aquecimento global. Também **revogou o Plano de Energia Limpa**, implantado por Barack Obama. O Plano foi adotado para que os Estados Unidos pudessem cumprir com as suas metas voluntárias de redução de emissões de gases intensificadores do efeito estufa,





perante o Acordo de Paris. O governo Trump tem adotado medidas que favorecem a indústria do petróleo e do carvão e enfraquecem a regulação ambiental dos Estados Unidos.

Política Externa

Na política externa, Trump ensaiou retomar o isolacionismo que já marcou a posição dos EUA no passado, particularmente antes da II Guerra Mundial (1939-1945). Por essa política, o governo norte-americano deveria se preocupar com o país sem dar prioridade aos conflitos internacionais.

Durante sua campanha eleitoral, cujo slogan era “America First” (América em primeiro lugar), Trump menosprezou a ONU como fórum para discussão e resolução de problemas entre países e chamou a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)**, aliança militar impulsionada pelos EUA, de “obsoleta”, além de reclamar que o governo norte-americano arca com a maior parte dos seus custos. Já como presidente, passou a não considerar mais a Otan como obsoleta, reconhecendo que os EUA apoiam a organização como necessária no combate mundial ao terrorismo. Os Estados Unidos, inclusive, aumentaram a sua participação em dinheiro e em pessoal na defesa do flanco oriental da Aliança Atlântica.

Os EUA se retiraram da UNESCO, agência da ONU para a educação, a ciência e a cultura, com a alegação de que a agência adota um viés anti-Israel e por ter dívidas elevadas. O país também se retirou do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Quando da criação do Conselho, em 2006, os americanos decidiram boicotá-lo. Em 2009, no governo de Barack Obama, o país ingressou no colegiado. Por trás da saída norte-americana está a postura do conselho em relação à Israel. A alegação oficial foi a de que o órgão abriga países com histórico de violações de direitos humanos.

Com relação à **Coreia do Norte**, o avanço do programa nuclear desse país e os testes com mísseis de longo alcance levou o presidente dos EUA a elevar o tom, ameaçando uma ação militar contra o país asiático. Posteriormente os dois países passaram da retórica belicista para o diálogo.

Em junho de 2018, Donald Trump e Kim Jong-un realizaram uma reunião histórica em Cingapura, onde assinaram um documento em que a Coreia do Norte se compromete a trabalhar em direção à completa desnuclearização da península coreana. EUA e Coreia do Norte ainda se comprometeram a unir seus esforços para construir um regime de paz estável e duradouro na península coreana.

Outra crítica de Trump, na campanha, foi o **acordo sobre o programa nuclear iraniano**. Esse acordo foi feito entre os cinco países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Alemanha e o Irã, tendo sido referendado pelo Conselho de Segurança da ONU. Para o presidente, o acordo foi péssimo para os Estados Unidos por não incluir um dispositivo que proibisse o Irã de financiar organizações terroristas. Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo e a retomada da aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

Por fim, diante da crise na **Venezuela** e das ações do governo de Maduro, Trump disse que poderia considerar a opção militar, caso seja necessário.

São sinais de que Trump mudou de posição e de que os EUA não devem abdicar de sua postura intervencionista.



Economia

O desemprego seguiu caindo nos Estados Unidos. Quando George W. Bush deixou o governo, a taxa de desemprego era de 8%. Caiu durante todo o governo de Obama, chegando a 4,8% no final do seu mandato. Em 2018, atingiu o seu menor índice, no mês de setembro, ficando em 3,7%.

O crescimento do PIB vai bem, que cresce em bons índices durante o governo de Donald Trump. O índice Dow Jones, da Bolsa de Valores, atingiu o seu recorde histórico, com 26,6 mil pontos em setembro de 2018. Nos oito anos do governo Obama, o Dow Jones mais que duplicou, passando de 9 mil pontos para mais que 18 mil pontos.

Outra promessa de campanha cumprida foi a **reforma tributária** assinada em lei no final de dezembro. A reforma reduz a carga fiscal das empresas de 35% para 21% e diminui os impostos sobre a renda dos cidadãos individuais, ao mesmo tempo que dobra os descontos-padrão.

A maior parte desses cortes, no entanto, beneficia empresas e grandes rendas: os contribuintes que ganham mais de 700 mil dólares por ano, que representam 1% do total, receberão 20% do corte de impostos. E enquanto as reduções de impostos para as empresas são permanentes, os cortes para os contribuintes individuais expirarão após dez anos. As reduções fiscais são financiadas com crédito, levando a um aumento do déficit orçamentário americano de cerca de 1 trilhão de dólares nos próximos dez anos.

Investigação

Donald Trump também estava sob investigação devido à acusação de que o governo russo interferiu nas eleições norte-americanas, com o objetivo de ajudá-lo a derrotar Hillary Clinton na eleição presidencial. A interferência teria se dado por meio do ataque de hackers ao sistema de e-mails da campanha e da divulgação de informações falsas sobre Hillary nas redes sociais, por meio de perfis falsos criados pelos russos.

Em março de 2019, o procurador especial do caso, Robert Mueller, enviou uma carta ao Congresso norte-americano informando que não houve interferência russa nas eleições dos EUA em 2016 e que não houve conluio do presidente Donald Trump com a Rússia. Donald Trump comemorou. Pela sua conta do Twitter, postou uma mensagem com o seguinte texto: *nenhum conluio, nenhuma obstrução, completa e total absolvição.*

Eleições de meio de mandato

Em novembro de 2018, ocorreram as eleições de meio de mandato presidencial no país. Todos os 435 assentos na Câmara dos Representantes e 35 das 100 vagas no Senado estavam em jogo, além dos governos de 39 estados e territórios, bem como inúmeras outras eleições estaduais e locais.



Na Câmara dos Representantes, o Partido Democrata voltou a ter maioria, após oito anos de domínio republicano. O partido de oposição a Trump ganhou 41 assentos, chegando a 235 representantes, registrando seu melhor resultado desde as eleições de 1974. No Senado, o Partido Republicano ampliou a sua maioria, a primeira vez desde 2002 que o partido do presidente elegeu uma bancada maior no Senado em uma eleição de meio de mandato.

Os democratas ainda alcançaram ganhos significativos nas eleições estaduais, retomando os governos de vários estados. As eleições legislativas estaduais também resultaram em um ganho líquido de mais de 350 vagas para os democratas. De modo geral, as eleições de 2018 tiveram participação recorde, com pelo menos 101 milhões de votos sendo contabilizados na disputa pela Câmara dos Representantes.

O número de mulheres para a Câmara dos Representantes foi recorde. Ao todo, 118 mulheres foram eleitas. Elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras. A participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio; a visão de que o governo Trump é machista; e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo sendo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

Outras marcas desse processo eleitoral foram a eleição das duas primeiras deputadas federais muçulmanas, da primeira deputada federal indígena, da deputada federal mais jovem da história e do primeiro governador assumidamente homossexual.

6 – VENEZUELA

Hugo Chávez governou a Venezuela de 1999 até sua morte, em 2013. No seu governo, ele aplicou políticas estatizantes e antiliberais, especialmente após 2005, quando declarou seu apoio ao que chamou de “Socialismo do século XXI”. Apesar de governar por eleições regulares, sofreu uma tentativa de golpe de Estado em 2002.

No poder, Chávez colocou em prática o que chamou de “**Revolução Bolivariana**”, em referência a Simón Bolívar (1783-1830), herói da independência na América do Sul. Entre as medidas de maior impacto de sua gestão, destacam-se a regulamentação da reforma agrária, o fortalecimento da empresa estatal de petróleo, a PDVSA, restringindo a participação de multinacionais na exploração, e a estatização de setores considerados estratégicos na economia, como energia elétrica e telecomunicações.

Na área social, ampliou o acesso à saúde, à educação e à habitação para as camadas mais pobres. Essas ações, somadas a uma ampla rede de proteção, que garantiu comida, medicamentos e itens básicos por meio de subsídios e controle de preços, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza de 49% para 27% da população, entre 1999 e 2012. Nesse período, a renda per capita saltou de 4.105 dólares para 10.810 dólares por ano. A Venezuela tornou-se o país menos desigual da América Latina.



O paradoxo é que, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais e a pobreza diminuíam, a violência aumentava. Na atualidade, a Venezuela é um dos países com os maiores índices de violência da América Latina.

Boa parte dos avanços sociais foi financiada com a bonança do petróleo, cujo valor atingira preços recordes no período. As receitas com as exportações do produto também foram fundamentais para que a Venezuela projetasse sua influência internacionalmente, liderando um conjunto de países na América Latina que compartilhavam valores em comum, como a proposta estatizante da economia e a oposição à ingerência dos Estados Unidos (EUA) na região, como a Bolívia, Nicarágua e Cuba.

Chávez foi um árduo antagonista da influência norte-americana na região. O seu governo caracterizou-se por manter relações hostis com os Estados Unidos (EUA), a ponto de ambos os países retirarem seus embaixadores das respectivas capitais em 2010. A relação hostil com os norte-americanos prossegue com o presidente sucessor de Hugo Chávez.

No entanto, as conquistas sociais da Era Chávez foram ofuscadas por uma condução política autoritária, marcada por uma série de medidas de concentração de poder. Respalhado por uma bancada favorável no Congresso, Chávez conseguiu aprovar leis que fortaleceram o Poder Executivo e permitiram a reeleição por tempo indeterminado. Além disso, foi acusado de cooptar o Judiciário para ratificar suas medidas e perseguir a oposição. Embora não seja caracterizada como uma ditadura, já que havia eleições livres e justas, a Venezuela tampouco poderia ser considerada uma democracia plena.

Com a morte de Chávez, nova eleição foi realizada na Venezuela, em 2013. Nicolás Maduro, candidato do governista PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela, venceu em uma disputa acirrada. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

Na atualidade, a Venezuela enfrenta uma **grave crise econômica, marcada pela alta inflação, recessão e escassez de alimentos**. Essa situação demonstra que a situação socioeconômica do país regrediu significativamente em poucos anos. Especialistas apontam como causas dois aspectos principais: a **excessiva dependência do país do petróleo** e a **política de controle de preços**.

O petróleo responde por 96% das receitas de exportação da Venezuela. Quando Hugo Chávez assumiu a presidência, o valor do barril estava em 10,75 dólares. Em 2008, durante o auge do chavismo (uma alusão a era Chávez e como são chamados os seus seguidores – chavismo/chavistas), o barril chegou a superar os 120 dólares. Nos anos subsequentes, o seu valor caiu significativamente, recuperando em parte a sua cotação em 2017 e 2018. As exportações de petróleo conheceram uma significativa queda nos últimos anos.

Com menos recursos provenientes das receitas do petróleo, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Se a economia fosse mais diversificada, o país não ficaria tão vulnerável à flutuação do preço do petróleo.

Uma outra ação tomada desde o período do governo Chávez impediu o desenvolvimento de um setor empresarial mais dinâmico: o **controle de preços**. Adotado inicialmente como medida paliativa para conter a inflação e garantir que a população mais pobre tivesse acesso a produtos essenciais, o congelamento se prolongou por muitos anos sem resolver o problema. Pior: a medida



acabou desestimulando os investimentos da iniciativa privada, uma vez que, em muitas situações, os itens acabavam sendo vendidos a preços inferiores ao custo de produção. Consequentemente, os produtos sumiram das prateleiras, gerando a atual crise de abastecimento.

O controle do Estado sobre o câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo inicial de impedir a fuga de dólares do país e controlar a inflação, também desestruturou a economia. Esse complexo sistema funciona assim: o governo mantém duas taxas de câmbio, uma delas com a cotação do dólar mais barata para ser utilizada apenas na importação de insumos de primeira necessidade. O problema é que boa parte desses dólares é desviada ilegalmente por militares e membros do governo, que os revendem no mercado paralelo, cuja cotação é dezenas de vezes maior que o câmbio oficial. Essa medida não apenas alimenta a corrupção, como provoca uma escassez de moeda estrangeira que deveria ser utilizada para as importações e para os investimentos do setor produtivo, agravando o problema de abastecimento.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos. O presidente também culpa os EUA, cujo governo declarou, em 2015, que a Venezuela representa uma “ameaça à segurança nacional e à política externa” do país. No entender de Maduro, essa é uma forma de os EUA pressionarem investidores estrangeiros a desistir da Venezuela e impedir que bancos internacionais concedam empréstimos ao país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a inflação chegará a casa dos 10.000.000% no ano de 2019. Isso mesmo pessoal, a altíssima inflação na Venezuela chegou na estratosfera. Para tentar conter essa inflação, o governo lançou um plano econômico em agosto de 2018.

A principal mudança do chamado "Madurazo" foi o **corte de cinco zeros da moeda local**, que passa a se chamar **bolívar soberano**. A nova moeda está ancorada na criptomoeda **Petro** criada pelo governo, por sua vez garantida pelo petróleo venezuelano.

O governo anunciou também o **fim dos subsídios à gasolina**, com manutenção do preço atual por dois anos aos portadores do "carnê da pátria", entre outras medidas. A gasolina na Venezuela é uma das mais baratas do mundo. O carnê da pátria é um cartão com um código QR que identifica os cidadãos que recebem algum tipo de ajuda social do governo.

Durante o governo de Hugo Chávez, a oposição sofreu sucessivas derrotas eleitorais. No entanto, foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional (AN) realizadas em dezembro de 2015. Reunida na coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), a oposição é formada por partidos de direita, de centro e de centro-esquerda. Desde a Constituição de 1999, aprovada no primeiro ano do governo Chávez, o parlamento é unicameral. O Senado Federal foi extinto.

Em abril de 2017, o presidente Nicolás Maduro assinou decreto convocando uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), para “reformular o Estado e redigir uma nova Constituição”. A oposição fez várias críticas à forma como a Constituinte foi convocada e ao sistema de escolha dos deputados, decidindo não participar do processo eleitoral, nem da ANC.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas no dia 30 de julho. A composição é de 545 membros. A metade foi eleita por eleitores de segmentos representativos de sindicatos, comunas, missões e movimentos sociais. A outra metade dos membros foi eleita por eleitores de





municípios e territórios. Todos os constituintes estão alinhados ou têm proximidade com o Chavismo e com o governo de Maduro.

Conforme a sua constituição, os demais poderes se subordinam à ANC. Os Poderes Executivo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão aceitaram a subordinação. O Poder Legislativo negou-se a subordinar-se à Assembleia Constituinte.

Em agosto de 2017, a Assembleia Constituinte aprovou um decreto em que assumiu o poder de aprovar leis, usurpando as competências da Assembleia Nacional, que tem maioria de oposição. Com isso, há dois poderes legislativos na Venezuela, um de maioria governista, a Assembleia Constituinte, e outro, de maioria oposicionista, a Assembleia Nacional.

Eleições presidenciais, posse e contestações

Em maio de 2018 foram realizadas eleições presidenciais. Líderes da Mesa da Unidade Democrática e outros membros da oposição não puderam candidatar-se às eleições por causa de procedimentos administrativos e legais que os deixaram de fora do processo eleitoral. Os principais partidos de oposição foram desqualificados pelo Conselho Nacional Eleitoral. Diante dessa situação, a MUD decidiu boicotar as eleições. Um dos partidos integrantes da MUD, a Ação Popular (AP) decidiu participar das eleições.

Nicolás Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos válidos. Henri Falcón (AP) recebeu 21% e Javier Bertucci (político sem partido) 10,3%. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar. Diversos países do mundo e organismos internacionais não reconheceram o pleito, nem a reeleição de Maduro.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse novo mandato **não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima**. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também declarou, no dia da posse, que não reconhece mais o governo de Maduro.

O Grupo de Lima foi criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do **Brasil** e do Peru, mais 11 países integram o grupo – Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá e Paraguai. O México, agora sob o governo de esquerda de Andrés Manuel López Obrador, se absteve da decisão de não reconhecer o novo mandato de Nicolás Maduro.

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo de estabelecer um governo de transição e organizar eleições livres. Mais de 40 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram **Juan Guaidó** como **presidente interino (encarregado) da Venezuela**, entre eles Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Japão, Espanha, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, França, Áustria, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Ucrânia e Austrália. De outro lado, 14 países reconhecem o governo de Maduro, entre eles Rússia, Cuba, México, Bolívia, Nicarágua, Suriname, Turquia, China e Irã.





A Assembleia Nacional da Venezuela declarou Nicolás Maduro "usurpador" do cargo de presidente da república. Na prática, isso significa que a Assembleia assumirá como "juridicamente ineficaz" a Presidência exercida por Maduro. Além disso, os atos do Poder Executivo venezuelano ficam anulados. Em seguida, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ, que é governista) considerou "nulos" todos os atos aprovados pelo Parlamento.

Protestos

O governo de Maduro enfrenta protestos praticamente desde seu início e responde violentamente: em 2014, 43 pessoas morreram entre fevereiro e junho e líderes opositores foram presos.

Em 2017 o país teve o auge de seus protestos: iniciados em abril e com mais de 100 dias de duração, deixaram um saldo de ao menos 100 mortos. Nicolás Maduro proibiu todas as manifestações públicas e mais opositores foram presos.

Como não surtiram o efeito desejado e foram violentamente reprimidos, os protestos perderam intensidade e a população passou a boicotar ainda mais os processos eleitorais, como as eleições para prefeito (nas quais muitos partidos foram proibidos de concorrer) e para vereador em dezembro de 2018.

Êxodo

Mesmo os venezuelanos que têm emprego não conseguem adquirir produtos básicos há anos. Em alguns lugares, pessoas **chegam a comprar carne estragada** para consumir proteína, a **escassez de medicamentos em hospitais** alcança 88% e é difícil até **enterrar ou cremar os mortos**. **Em fevereiro de 2018, uma pesquisa mostrou que nove em cada dez venezuelanos viviam abaixo da linha da pobreza, e mais da metade deles estavam no patamar da pobreza extrema.**

De acordo com a Pesquisa sobre Condições de Vida (Encovi), realizada anualmente pelas principais universidades da Venezuela, **os venezuelanos perderam em média 11 quilos em 2017**. Seis em cada dez admitiam já terem ido dormir com fome por falta de comida.

Mais preocupados do que em votar e tentar mudar o país, muitos têm decidido simplesmente ir embora. De acordo com agências da ONU, cerca de três milhões de venezuelanos vivem no exterior, dos quais pelo menos 2,3 milhões deixaram a Venezuela a partir de 2015. A maioria deles viajou para a Colômbia e o Peru.

A ONU calcula ainda que, até o final de 2019, haverá 5,3 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos.

Mercosul e Alba

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.



Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas, afetando o direito do país de votar, ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco; suspensão é diferente de exclusão.

A Venezuela lidera a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba). Além do país, fazem parte do bloco: Cuba, Bolívia, Granadinas, São Vicente, Antígua e Barbuda, Dominica e Nicarágua. O Equador, que fazia parte, anunciou a sua retirada em agosto de 2018.

A Alba foi criada em 2004, em oposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proposta norte-americana para a região, que não chegou a se constituir como um bloco econômico. O acordo de cooperação econômica prioriza o fornecimento de mercadorias e serviços entre os países do bloco. A Venezuela vende a essas nações petróleo a preços subsidiados, em uma estratégia que fez a sua influência na região crescer, com diversos governos adotando linhas políticas semelhantes à sua.

7 – CUBA

Cuba é o único país socialista das Américas. Em janeiro de 1959, após dois anos de luta armada, guerrilheiros liderados por Fidel Castro chegaram ao poder no país, no que ficou conhecido como a Revolução Cubana. Em 1961, os Estados Unidos rompem as relações diplomáticas com Cuba e, em 1962, impõem um embargo econômico ao país, proibindo o comércio e financiamentos de empresas norte-americanas para os cubanos, que perdura até o presente.

Contudo, em uma decisão histórica, Cuba e Estados Unidos anunciaram, em dezembro de 2014, a retomada das relações diplomáticas após mais de 50 anos de rompimento. Entretanto, o embargo econômico não foi revogado e segue tendo continuidade. Ele exerce um grande peso sobre a economia cubana, pois sufoca seu comércio exterior. A sua revogação depende de aprovação do Congresso norte-americano.

Junto com o anúncio de retomada das relações diplomáticas foram adotadas medidas que iniciavam uma aproximação, como a troca de prisioneiros, a redução de restrições a viagens de norte-americanos e a remessas de dinheiro para a ilha.

Em maio de 2015, Cuba foi retirada da lista norte-americana dos países que apoiam o terrorismo. As relações entre os dois países foram formalmente retomadas com a reabertura das embaixadas de Cuba em Washington e dos EUA em Havana. No entanto, a cerimônia oficial de reabertura da Embaixada dos Estados Unidos em Havana só ocorreu em agosto de 2015, com a presença de John Kerry, primeiro secretário de Estado norte-americano a visitar Cuba em 70 anos.



Em março de 2016, Barack Obama fez uma visita oficial a Cuba, a primeira de um presidente em exercício dos Estados Unidos em 88 anos. Antes dele, Calvin Coolidge viajou oficialmente a Cuba, em um navio de guerra, em 1928.

A chegada de Donald Trump à presidência dos EUA é um fator complicador para o prosseguimento da normalização das relações diplomáticas, comerciais e o fim do embargo econômico a Cuba. Pelo menos nos termos e nas condições negociadas pelo governo anterior, de Barak Obama. Trump não esconde sua antipatia em relação ao regime cubano. Poucas semanas antes de assumir a presidência, ele avisou, por meio de sua conta no Twitter, que iria “liquidar o acordo” se Cuba não oferecer melhores condições aos cubanos e aos norte-americanos.

Em junho de 2017, já como presidente, anunciou o cancelamento do acordo de reaproximação entre os dois países. No entanto, várias das medidas implementadas pela administração anterior foram mantidas. Até o momento, foi uma revogação parcial.

O governo de Raul Castro implementou algumas reformas econômicas que reduziram o papel do Estado na atividade econômica. Atualmente há em Cuba centenas de milhares de trabalhadores autônomos e pequenas empresas familiares.

Em abril de 2018, a Assembleia Nacional de Cuba elegeu um novo presidente para o país. Desde 20 de abril, o cargo é ocupado por Miguel Díaz-Canel, o primeiro presidente nascido depois da Revolução Cubana de 1959. A posse de Canel encerrou um período de 59 anos de liderança dos irmãos Castro em Cuba. Fidel Castro foi o líder máximo de 1959 a 2006 e Raúl Castro de 2006 até 2018.

O país está elaborando uma nova Constituição, em atualização a que está vigente desde 1976. Um anteprojeto foi elaborado pela Assembleia cubana e levado a consulta popular de 13 de agosto e 15 de novembro de 2018. Após a consulta e os debates e aprovação por unanimidade na Assembleia, uma minuta final foi divulgada pelo governo cubano em janeiro de 2019.

Diferentemente da primeira versão, o texto não **prevê mais a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo**. O Parlamento decidiu que haverá um outro referendo, para aprovar o Código da Família – que definirá, portanto, se Cuba ampliará o matrimônio civil para homossexuais. A união estável, porém, está garantida.

Em outro recuo, a Constituição voltou a determinar que Cuba é um país comunista – **o termo havia sido retirado da primeira versão**.

O que muda com a nova Constituição?

- Reconhecimento da propriedade privada e do enriquecimento individual – com limites;
- Criação do cargo de primeiro-ministro para chefiar o governo;
- Discriminação a pessoas LGBT passa a ser proibida;
- Haverá um referendo para definir casamento civil entre pessoas do mesmo sexo;
- Garantia de presunção de inocência e habeas corpus em processos criminais;
- Estado laico (definição não aparecia no texto antigo);
- Estabelece a liberdade de imprensa, antes vinculada aos "fins da sociedade socialista";
- Determina 60 anos como idade máxima para o cargo de Presidente da República;



- Mandato de cinco anos para o presidente, com direito a uma reeleição;
- Cubanos poderão denunciar violação de direitos constitucionais cometidos pelo governo.

O que não muda?

- Cuba continua um país comunista;
- O Partido Comunista é o único reconhecido na ilha;
- Economia planificada, embora haja reconhecimento ao mercado;
- Somente o Estado detém posse das terras em Cuba;
- Assembleia Nacional elege presidente e primeiro-ministro;
- Meios de comunicação são de "propriedade socialista", jamais privados.

8 – FRANÇA – COLETES AMARELOS

País membro da União Europeia, a França enfrenta desde novembro de 2018 manifestações dos denominados “coletes amarelos”. As manifestações perderam força em fevereiro de 2019, após vários sábados seguidos de protestos em cidades francesas.

Os coletes amarelos é um movimento de protesto espontâneo, sem líderes declarados ou tradicionais, convocado pelas redes sociais, que surgiu protestando contra o aumento do preço dos combustíveis, por meio de um novo imposto, em rodovias e cidades do interior da França, chegando posteriormente a Paris e outras grandes cidades do país.

Posteriormente, outras pautas foram incluídas nos protestos: o alto custo de vida, a redução do poder de compra da população e a crítica de que as reformas fiscais e sociais propostas pelo governo do presidente francês Emmanuel Macron impactariam diretamente as classes média e baixa, especialmente nas zonas rurais e áreas periurbanas, e favoreceriam os de maior renda.

As principais reivindicações do movimento são a redução nos impostos sobre combustíveis, a reintrodução do imposto sobre fortunas e o aumento do salário mínimo.

Em dezembro de 2018, Macron suspendeu o aumento do preço dos combustíveis, anunciou um aumento de 100 euros no salário mínimo e que as horas extras passarão a ser isentas de impostos e contribuições. Também antecipou sua intenção de estimular as empresas para que paguem aos seus funcionários um abono extraordinário de final de ano, igualmente isento de impostos. As medidas anunciadas por Macron não levaram ao fim das manifestações dos coletes amarelos.

A peça da vestimenta, o colete amarelo – ou, às vezes, verde limão –, virou marca registrada e nome do grupo. Na França, todos os motoristas são obrigados a levar coletes amarelos dentro de seus automóveis. A ideia é que, em caso de acidente ou pane, o condutor use a vestimenta para se fazer visível e evitar acidentes nas vias públicas. Algo que faz da vestimenta algo fácil de acessar.

Em resistência aos coletes amarelos, no último domingo de janeiro de 2019, 10.500 pessoas vestindo lenços e cachecóis vermelhos no pescoço caminharam pelas ruas do centro de Paris



pedindo o fim da violência que tem sido recorrente nos protestos dos coletes amarelos. As marchas realizadas pelos coletes amarelos deixaram um rastro de lojas, cafés e restaurantes depredados, carros queimados, paralelepípedos arrancados e até monumentos históricos vandalizados.

Conhecidos por “lenços vermelhos”, esse movimento, lançado em novembro de 2018, para se opor aos bloqueios de rodovias promovidos pelos coletes amarelos, pede que manifestantes e governo encontrem formas de dialogar sem prejudicar a paz, o estado de direito e a economia do país. Os lenços vermelhos têm a participação de políticos influentes do partido de Macron, o République En Marche (República em Movimento).

Pressão à direita e à esquerda

Tanto os coletes amarelos quanto os lenços vermelhos são declaradamente apartidários. Ambos os movimentos sociais dizem representar apenas pautas e ideias populares, não políticas em particular. Isso não significa que ambos não tenham impacto político partidário com suas ações.

De um lado, o surgimento dos coletes amarelos coincide com a queda da popularidade de Macron. Pesquisa publicada no dia 3 de janeiro mostra que o índice de descontentes com o governo Macron chegou a 75%, nível mais baixo desde que ele chegou ao Palácio do Eliseu, sede do governo francês, em 7 de maio de 2017.

De outro lado, os lenços vermelhos reforçam o discurso de que a maior parte da sociedade francesa – referida como “maioria silenciosa” – pode até desaprovar Macron, mas desaprova igualmente a violência dos coletes amarelos. Com isso, o grupo – que tem a participação de correligionários de Macron – busca aumentar o rechaço público ao maior elemento de desestabilização do atual governo.

Desde novembro de 2018, dois dos candidatos derrotados por Macron nas eleições presidenciais do ano anterior fazem referências elogiosas aos coletes amarelos: Jean-Luc Mélenchon, da esquerdista França Insubmissa, e Marine Le Pen, do Rassemblement National, antiga Frente Nacional, de extrema direita.

Para tentar mitigar os efeitos negativos dos protestos dos coletes amarelos, Macron lançou em janeiro de 2019 uma iniciativa batizada por ele de “grande diálogo nacional”. Os franceses foram convidados a refletir até o dia 15 de março sobre quatro grandes temas: impostos, despesas e ações públicas, a organização do Estado e as autoridades públicas, a transição ecológica e democracia e cidadania. A ideia é canalizar o descontentamento popular numa grande jornada nacional de recolhimento de propostas. O discurso do governo coincide com o discurso dos lenços vermelhos quando eles dizem que as ruas não são o lugar para debater o melhor projeto de país.

Conflito diplomático

O movimento provocou um importante conflito diplomático entre França e Itália, depois que Luigi Di Maio, líder do Movimento 5 Estrelas e número 2 do governo italiano, ter se reunido com Christophe Chalençon, um dos líderes dos “coletes amarelos”. Matteo Salvini, vice-primeiro ministro



italiano, líder da Liga (partido de extrema direita) também se manifestou publicamente e de forma contundente em apoio aos coletes amarelos.

As manifestações levaram o governo francês a convocar o seu embaixador na Itália, em janeiro de 2019, depois do que chamou de "ataques infundados e sem precedentes" de líderes políticos italianos nos últimos meses, e exortou a Itália a retomar uma postura mais amistosa com relação à França.

Líderes políticos de oposição na Itália criticaram as declarações de Salvini e Di Maio. Segundo opositores, os comentários seriam uma tentativa de mobilizar a direita e os insatisfeitos com a elite política europeia para a votação para o Parlamento Europeu, que acontece entre os dias 23 e 26 de maio.

9 – UNASUL E PROSUL

A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi criada em 2008 e entrou em vigor em 11 de março de 2011, quando dez países haviam ratificado a adesão à organização. Surgiu com o objetivo de articular os países sul-americanos em âmbito cultural, social, econômico e político. No seu auge era composta pelos 12 países da América do Sul.

A Unasul foi criada em um momento de maioria de governos de esquerda na América do Sul. Situação que se inverteria a partir de 2015. Na atualidade, a maioria dos países têm governos de direita, conservadores e liberais. Essa mudança de rumos políticos se refletiu na entidade, resultando em divergências entre os países na tomada de decisões.

Em função dessas divergências, em abril de 2018, o Brasil, a Argentina, o Chile, a Colômbia, o Peru e o Paraguai suspenderam as suas participações na entidade. O estopim foi a falta de um acordo sobre a escolha do novo secretário-geral.

O Equador anunciou, em março de 2019, a saída da entidade e pediu a Unasul que devolva o edifício sede da organização, sediada em Quito, sua capital. Em abril de 2019, o Brasil seguiu o caminho do Equador e formalizou a saída da Unasul.

Ato contínuo, foi lançado, em março de 2019, em uma reunião de cúpula, em Santiago, no Chile, o **Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul)**. O documento de lançamento foi assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Guiana. O Chile, autor da iniciativa, vai presidir o Prosul pelos primeiros 12 meses. A seguir, a presidência será ocupada pelo Paraguai.

Bolívia, Uruguai e Suriname não assinaram o documento, mas enviaram representantes que apenas observaram a reunião. A chancelaria chilena informou que estes podem vir a assinar depois, se desejarem. A Venezuela não foi convidada a participar da reunião, nem a assinar o documento.

A ideia é que o Prosul não mantenha a atual estrutura da Unasul, ao buscar soluções mais leves para o aparato que hoje inclui uma sede física em Quito, no Equador, além de secretariados e quadro de funcionários. As nações signatárias entenderam que a Unasul, da forma como funcionou desde seu lançamento em 2008, perdeu efeitos práticos, mantendo custos, e passou a disputar





decisões sobre temas que já são tratados em outras instâncias, como o Mercosul. A ideia inicial é que o Prosul não deva ser um tratado e ou um organismo, como a Unasul, e sim, seguir os moldes de um agrupamento de países no formato de um fórum.

Nos debates e decisões, os temas de integração em matéria de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, prevenção de e resposta a desastres naturais serão abordados prioritariamente e de maneira flexível pelo grupo.

Para participar do organismo anunciado, o documento exige como requisitos a "plena vigência da democracia", estratégia que coloca a Venezuela em uma situação de isolamento do grupo, além do respeito ao princípio de separação dos Poderes e o respeito aos direitos humanos, assim como a soberania e a integridade territorial dos Estados.



10 – QUESTÕES COMENTADAS

1. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

- a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.
- c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.
- d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

COMENTÁRIOS:

a) Correto. Uma imprecisão do examinador, foi por meio de um plebiscito que os britânicos escolheram decidiram saída do Reino Unido da União Europeia. Após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) Incorreto. O Brexit não tem relação com o país ter sido impedido de utilizar o Euro como moeda oficial. O Reino Unido não utiliza o Euro por uma escolha própria, não por uma imposição da União Europeia. Sua moeda é a libra esterlina.

c) Incorreto. A saída do Reino Unido da União Europeia não tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico. Não há nenhum plebiscito ou referendo marcado em nenhum outro país do bloco para decidirem sobre a continuidade ou não na União Europeia.

d) Incorreto. A recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, é verdade. Entretanto, não abalou a liderança da Família Real. A Família Real não teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.



e) Incorreto. É uma invenção do examinador. Em maior ou menor escala, a grande maioria dos países da União Europeia são bastante resistentes a entrada no bloco europeu e nos seus países de imigrantes africanos e asiáticos.

Gabarito: A

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Jerusalém já foi ocupada, destruída, sitiada, atacada e capturada muitas vezes por diferentes povos – entre eles egípcios, babilônios, romanos, árabes e judeus – em cerca de três mil anos de história.

Internet: <www.bbc.com>.

A respeito dos aspectos políticos da Jerusalém atual, julgue os itens.

2. Além, obviamente, de Israel, três países consideram Jerusalém, atualmente, como a capital do Estado judeu: Estados Unidos; Guatemala; e Paraguai.

COMENTÁRIOS:

Somente os Estados Unidos e a Guatemala reconhecem Jerusalém, na sua totalidade, como a capital do Estado judeu. O Paraguai havia reconhecido também, ao transferir a sua embaixada para Jerusalém em maio de 2018, mas em agosto do mesmo ano, o novo presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, reverteu a decisão, levando a embaixada de volta para Tel Aviv.

Gabarito: E

3. A cidade é considerada como sagrada para os adeptos de três grandes religiões monoteístas do mundo.

COMENTÁRIOS:

Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha, que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha (local onde Maomé teria ascendido aos céus) e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado).

Gabarito: C

4. Para a Organização das Nações Unidas, o status de Jerusalém deverá ser definido nas negociações entre israelenses e palestinos.



COMENTÁRIOS:

A ONU defende a posição de que o conflito entre os dois estados deve ser resolvido por meio de negociações diretas entre as duas partes, com base em resoluções relevantes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, levando em conta as preocupações legítimas tanto do lado palestino como israelense.

Gabarito: C

5. Empresários do agronegócio mostraram preocupação com a possibilidade de reconhecimento de Jerusalém, pelo Brasil, como capital de Israel, aventada pelo presidente Jair Bolsonaro, ainda durante a transição, em 2018.

COMENTÁRIOS:

O Brasil possui grande superávit comercial com os países árabes, que estão entre os principais importadores de carne bovina e de frango do Brasil, especialmente com o selo halal, que atesta técnica de abate conforme preceitos islâmicos.

A relação entre Israel e a maioria dos países árabes é muito delicada. Portanto, a possibilidade de o Brasil reconhecer Jerusalém como a capital do Estado de Israel pode prejudicar as exportações de carne bovina, frango e de outros produtos do agronegócio para os países árabes.

Gabarito: C

(QUADRIX/CONRERP-SP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

6. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.

COMENTÁRIOS:

Nicolas Maduro assumiu pela primeira vez como presidente da Venezuela, em 2013, sucedendo Hugo Chávez. Em maio de 2018, foi reeleito presidente, em eleições antecipadas, consideradas ilegítimas por segmentos da oposição e não reconhecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e diversos países no mundo, inclusive o Brasil.





Grande parte da oposição boicotou a eleição por considerar o processo eleitoral ilegítimo e por ter sofrido restrições a sua livre participação por parte de instituições oficiais da Venezuela, alinhadas com o regime de Nicolás Maduro.

A abstenção foi recorde: cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar.

Gabarito: Certo

7. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.

COMENTÁRIOS:

Logo após o anúncio da reeleição de Maduro, em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram mais sanções à Venezuela. O presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva proibindo cidadãos norte-americanos de participarem de negociações de títulos da dívida pública venezuelana e de outros ativos.

Gabarito: Certo

8. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

COMENTÁRIOS:

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e assumiu os compromissos de estabelecer um governo de transição e de organizar eleições livres.

O país conta atualmente com dois presidentes (Maduro e Guaidó), dois parlamentos (Assembleia Nacional e Assembleia Constituinte) e duas supremas cortes (uma em Caracas e outra no exílio).

Gabarito: Certo

9. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

COMENTÁRIOS:

A Argentina e a Colômbia, membros do Grupo de Lima, não reconhecem o novo governo de Nicolás Maduro, reconhecem o autoproclamado Juan Guaidó como presidente. Cuba, presidida por





Miguel Díaz-Canel, aliada de primeira hora do chavismo, reconhece o segundo governo de Nicolás Maduro.

Gabarito: Errado

10. O dia 23 de fevereiro último, que ficou conhecido como o “Dia D” da chegada da ajuda humanitária à Venezuela, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas próximas à fronteira com o Brasil.

COMENTÁRIOS:

O dia 23 de fevereiro de 2019, que ficou conhecido como o "Dia D" da chegada de ajuda humanitária estrangeira à Venezuela, principalmente dos EUA, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas de fronteira com o Brasil.

A operação foi articulada pelo líder da oposição e autodeclarado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, em coordenação com a Colômbia, Estados Unidos e Brasil. A ajuda humanitária era para ter ingressado no país pelas cidades de Cúcuta, na Colômbia, e por Pacaraima, em Roraima, no Brasil.

No entanto, Nicolás Maduro ordenou o fechamento das fronteiras com o Brasil e com a Colômbia. O presidente chavista considerou a ajuda humanitária como sendo uma forma de preparar uma intervenção estrangeira no país.

Como resposta, os manifestantes lançaram coquetéis molotov contra base do Exército da Venezuela na fronteira com o Brasil. Na fronteira com a Colômbia, 2 caminhões com ajuda humanitária foram incendiados. Os caminhões não conseguiram atravessar a fronteira e tiveram que voltar. Três pessoas morreram e ao menos 15 ficaram feridas em Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana a 15 km da fronteira com o Brasil

Gabarito: Certo

11. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em junho de 2018, foram divulgadas notícias como esta:

A política de 'tolerância zero' implementada pelo governo de Donald Trump vem sendo alvo de inúmeras críticas. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

A política de tolerância zero

a) dificultou a entrada de imigrantes africanos sob o pretexto de reduzir o descontentamento dos grupos que defendem a supremacia branca.

b) revogou milhares de certidões de cidadania obtidos por imigrantes durante o período de governo do presidente Barack Obama.



- c) proibiu a prática de abortos entre mulheres adolescentes, mesmo em estados onde as leis já garantiam esse procedimento.
- d) tornou ilegal a presença dos imigrantes que vivessem nos Estados Unidos há menos de 3 anos, mesmo aqueles que trabalhassem.
- e) foi implementada na fronteira dos EUA com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais.

COMENTÁRIOS:

A política de tolerância zero foi implementada na fronteira dos Estados Unidos com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos menores de 18 anos de imigrantes ilegais de seus pais.

A política de tolerância zero de Donald Trump foi posta em prática em abril de 2018. Por meio dessa política, se um adulto fosse pego atravessando a fronteira sem um visto, ele era levado a um centro federal de detenção de imigrantes até que fosse apresentado a um juiz e seu caso avaliado.

Como as crianças não podiam ser mantidas nessas instalações junto aos adultos, elas foram separadas dos pais e levadas a abrigos, enquanto se aguardava a apresentação ao juiz do caso.

A política de tolerância zero causou caos nas cortes federais americanas e lotou os centros de detenção de imigrantes, além do fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais. Com isso, poucas semanas após a sua implementação, o governo desistiu de dar continuidade a ela.

Gabarito: E

12. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de “coletes amarelos”.

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente. Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 24.11.2018. Adaptado)

A notícia refere-se a acontecimento

- (A) no Peru.
- (B) na França.



- (C) no México.
- (D) na Índia.
- (E) na Hungria.

COMENTÁRIOS:

A notícia se refere aos coletes amarelos, movimento de protesto espontâneo, sem líderes, convocado pelas redes sociais, na França, que começou com manifestações em outubro de 2018 e continuava no mês de fevereiro de 2019, mas perdendo muita força e poder de mobilização. O movimento teve origem com o protesto contra o aumento do preço dos combustíveis. Os protestos se iniciaram em rodovias e cidades do interior da França, chegando posteriormente a Paris e outras grandes cidades francesas.

Posteriormente, outras pautas foram incluídas nos protestos: o alto custo de vida, a redução do poder de compra da população e a crítica de que as reformas fiscais e sociais propostas pelo governo do presidente francês Emmanuel Macron impactariam diretamente as classes média e baixa, especialmente nas zonas rurais e áreas periurbanas, e favoreceriam os de maior renda.

As principais reivindicações do movimento são a redução nos impostos sobre combustíveis, a reintrodução do imposto sobre fortunas e o aumento do salário mínimo.

Gabarito: B

13. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

A respeito das eleições legislativas estadunidenses, realizadas em novembro de 2018, é correto afirmar que

- (A) os republicanos elegeram quase todos os governadores dos estados, com exceção dos estados do Novo México, Kansas e Nevada.
- (B) surpreendeu negativamente o pequeno número de mulheres participando do processo eleitoral, seja como candidatas ou eleitoras.
- (C) os democratas conquistaram a maioria da Câmara dos Representantes, e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos no Senado.
- (D) a pequena participação do eleitorado, a menor dos últimos 30 anos, garantiu a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente Trump.
- (E) os republicanos reconquistaram a maioria tanto na Câmara dos Representantes como no Senado.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Os republicanos não elegeram quase todos os governadores dos estados. Os republicanos ganharam em 18 estados e os democratas em 15 estados.



b) Incorreto. Nas eleições legislativas de 2018, dos Estados Unidos, o número de mulheres eleitas, foi recorde. Ao todo, 118 mulheres foram eleitas; na Câmara, elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras. A participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio; a visão de que o governo Trump é machista; e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo sendo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

c) Correto. Os democratas retomaram a maioria na Câmara dos Representantes (equivalente a Câmara dos Deputados, no Brasil), e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos do Senado.

d) Incorreto. A participação do eleitorado não foi pequena e nem a menor dos últimos 30 anos. Invenção do examinador.

e) Incorreto. Os republicanos já possuíam maioria no Senado e a mantiveram. Na Câmara dos Representantes, os republicanos perderam a maioria para os democratas.

Gabarito: C

14. (VUNESP/TJ SP/2019 – ENFERMEIRO JUDICIÁRIO)

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, que ocorreram nesta terça-feira, 6 de novembro, vão eleger representantes para as 435 cadeiras da Câmara e um terço do Senado, além de 36 dos 50 governadores.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

As eleições de meio de mandato marcaram o controle

- (A) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais diverso.
- (B) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais belicista.
- (C) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais conservador.
- (D) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais autoritário.
- (E) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais isolacionista.

COMENTÁRIOS:

Nas eleições legislativas de novembro de 2018, nos Estados Unidos, na metade do mandato presidencial, os Democratas elegeram a maioria dos deputados, voltando a ter o controle da Câmara dos Representantes, que estava sob o controle dos Republicanos, que mantiveram o controle do Senado.

Na Câmara dos Representantes, o número de mulheres eleitas foi recorde. Pela primeira vez, foram eleitos representantes de minorias como muçulmanos, indígenas e refugiados. Também foi escolhido o primeiro governador abertamente homossexual. Ou seja, as eleições simbolizam um Congresso mais diverso.



Gabarito: A

15. (VUNESP/TJ SP/2019 – MÉDICO JUDICIÁRIO)

O perfil dos candidatos que concorreram a uma vaga no Poder Legislativo aponta para maior participação feminina e jovem. Os primeiros resultados da eleição mostram o novo perfil eleito: o país elegeu as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, a primeira mulher indígena, além da deputada mais jovem da história.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

A notícia citada está relacionada às eleições

- (A) no Canadá.
- (B) na Alemanha.
- (C) nos EUA.
- (D) na França.
- (E) na Inglaterra.

COMENTÁRIOS:

A notícia citada está relacionada às eleições nos EUA, marcadas pelo recorde de mulheres eleitas, pela eleição das duas primeiras deputadas federais muçulmanas, da primeira mulher indígena, da deputada mais jovem da história e do primeiro governador assumidamente homossexual.

Gabarito: C

16. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

[...] o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, descreveu a decisão de Trump como o “tapa na cara do século” e disse que os Estados Unidos não são mais considerados por ele como um “mediador do conflito no Oriente Médio”. Ele ainda condenou o que chamou de um “massacre” contra seu povo e decretou três dias de luto pela morte dos manifestantes nesta segunda-feira (14.05.2018).

(www.bbc.com. Adaptado)

A causa da revolta da liderança palestina em destaque na reportagem diz respeito

- (A) à transferência da embaixada estadunidense em Israel para a cidade de Jerusalém.
- (B) à suspensão do status da Autoridade Palestina da categoria de Estado observador não-membro da ONU.
- (C) ao apoio dos Estados Unidos à anexação da Faixa de Gaza pelo governo de Israel.
- (D) à criação de um centro de detenção de suspeitos de atos terroristas nas Colinas de Golã.



(E) à ocupação militar da Cisjordânia pelos Estados Unidos em locais considerados sagrados pelo povo palestino.

COMENTÁRIOS:

A causa da revolta da liderança palestina, em destaque na reportagem, diz respeito à transferência da embaixada estadunidense em Israel de Tel Aviv para a cidade de Jerusalém. Durante a ocasião, mais de 50 palestinos foram mortos em protestos contra a transferência da embaixada.

Os palestinos reivindicam Jerusalém Oriental como sua futura capital e veem a medida como sinal de apoio dos Estados Unidos à visão do governo de Israel, que considera a cidade como sua capital "eterna e indivisível".

O status de Jerusalém está no coração do conflito entre israelenses e palestinos. Ambos veem a cidade como sagrada e a reivindicam como capital.

A decisão de Trump, em 2017, de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel rompeu com décadas de neutralidade americana no tema. Desde 1980, que Jerusalém é a capital de Israel.

Gabarito: A

17. (VUNESP/PC SP/2018 – AGETEL)

O Acordo Nuclear do Irã, ou Plano de Ação Conjunto Global, firmado em 2015, representa uma das maiores conquistas em política externa da administração Barack Obama. Firmado entre o Irã, Estados Unidos, China, Rússia e países da União Europeia, estabeleceu limites para o enriquecimento de urânio iraniano, evitando que ele seja utilizado na construção de uma bomba nuclear, ao mesmo tempo em que eliminou sanções impostas ao país.

(<https://istoe.com.br/>. 11.05.2018. Acesso em 13.05.2018)

Em relação ao acordo mencionado, o Presidente Donald Trump, em maio deste ano, tomou a seguinte medida:

- (A) exigiu publicamente a exclusão da Rússia.
- (B) sugeriu a entrada da França no acordo.
- (C) determinou a retirada dos EUA.
- (D) propôs que a ONU reajustasse as cláusulas.
- (E) ratificou a participação dos EUA

COMENTÁRIOS:

O Irã desenvolve um programa nuclear que permaneceu secreto por alguns anos. Segmentos da comunidade internacional suspeitavam que o programa estava sendo desenvolvido com a finalidade de o Irã ter armas nucleares. Como o Irã não aceitou que o seu programa fosse



amplamente inspecionado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o país sofreu sanções econômicas do Conselho de Segurança da ONU que debilitaram a economia do país.

Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado de 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o programa nuclear do país. O acordo limitou e condicionou o programa, de forma que não seja possível ao país desenvolver armas nucleares, em troca da retirada das sanções internacionais. O acordo autorizou o Irã a prosseguir com um programa nuclear civil e abriu o caminho para uma normalização da presença do país no cenário internacional.

Desde quando era pré-candidato a presidente, Donald Trump vinha criticando o acordo sobre o programa nuclear iraniano e dizendo que iria retirar os EUA do acordo. O que ele efetivamente fez em maio de 2018.

Dentre os pontos do acordo que os EUA criticam estão o período limitado de restrição às atividades nucleares do Irã, a suposta incapacidade do acordo de deter o desenvolvimento de mísseis balísticos pelos iranianos, e, por fim, a liberação de US\$ 100 bilhões de ativos internacionais do país que estaria sendo usada como “fundo para armas, terror e opressão” no Oriente Médio.

Com a saída do acordo, os EUA retomaram a aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

Gabarito: C

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

18. O Brexit, que preparou a saída do Reino Unido da União Europeia, foi finalizado dentro da normalidade democrática.

COMENTÁRIOS:

Na data da aplicação desta prova, dezembro de 2018, o Brexit ainda não tinha sido finalizado. A saída do Reino Unido da União Europeia está prevista para o dia 29 de março de 2019. Até o momento, janeiro de 2019, os procedimentos que estão sendo tomados para a saída do Reino Unido da União Europeia estão ocorrendo dentro da normalidade democrática.

Gabarito: Errado

19. A retirada dos Estados Unidos da América do acordo nuclear com o Irã tem influência direta na geopolítica do Oriente Médio.

COMENTÁRIOS:



Acusado de desenvolver tecnologia de enriquecimento de urânio com a intenção de fabricar armas nucleares, o Irã recebeu duras sanções econômicas dos EUA e da União Europeia, além de sanções de outros países. Em 2015, foi assinado um acordo que limitou e condicionou o programa, de forma que não seja possível ao país desenvolver armas nucleares em troca da retirada das sanções econômicas internacionais.

Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo e retomaram as sanções econômicas ao Irã.

O Irã, país islâmico de vertente xiita, disputa influência e hegemonia no Oriente Médio com o seu principal rival regional, a Arábia Saudita. A retirada dos EUA do acordo tem sim influência direta na geopolítica do Oriente Médio. Americanos e sauditas são tradicionais aliados e estão preocupados com a crescente influência do Irã no Oriente Médio. Com a saída, os EUA esperam enfraquecer novamente a economia iraniana.

Gabarito: Certo

20. (VUNESP/MP SP/2018 – ANALISTA JURÍDICO)

Reino Unido e União Europeia afirmam que pretendem evitar o restabelecimento de uma fronteira “dura” entre uma província britânica e uma república, que é membro da União Europeia, após a saída britânica do bloco, no fim de março de 2019. Essa preocupação dos negociadores do Brexit se concentra na manutenção da convivência pacífica entre

- (A) a Escócia e o País de Gales.
- (B) o País de Gales e a Irlanda do Sul.
- (C) a República da Irlanda e a Escócia.
- (D) a Irlanda do Norte e o País de Gales.
- (E) a Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

COMENTÁRIOS:

A preocupação dos negociadores do Brexit se concentra na manutenção da convivência pacífica entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda. A Irlanda do Norte conviveu por décadas com o conflito armado com o grupo terrorista separatista do IRA – Exército Republicano Irlandês. O IRA era um grupo formado por católicos que queria separar a Irlanda do Norte do Reino Unido e reanexá-la à República da Irlanda, um país católico. Recorria a métodos terroristas, principalmente ataques bombistas e emboscadas com armas de fogo. O grupo foi fundado em 1919 e extinto em 2005.

A principal razão pela qual o IRA lutava era a igualdade religiosa, visto que 75% da população norte-irlandesa era protestante e o pouco que restava era católica, o que fazia com que houvesse desigualdade e preconceito entre as religiões. Como os protestantes eram maioria, decidiam candidaturas políticas e plebiscitos, entre outros, impedindo que a vontade católica se manifestasse.



Uma das medidas adotadas para a obtenção da paz foi o fim do controle de fronteiras entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas na ilha da Irlanda. O que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha.

Por outro lado, a fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido. Atualmente, não existe controle para europeus atravessarem essa linha graças aos acordos de livre circulação de pessoas.

Nas negociações já realizadas, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. O temor era que um rompimento pouco amigável prejudicasse a economia da ilha irlandesa, em ambos os lados.

Gabarito: E

21. (VUNESP/PC SP/2018 – PAPILOSCOPISTA POLICIAL)

A Câmara dos Lordes do Reino Unido aprovou uma emenda que dá poderes ao Parlamento, derrotando o governo da Primeira-Ministra, Theresa May. Os lordes, que ocupam a câmara alta do Parlamento, aprovaram por 335 votos a 244 uma emenda que permitiria que o Parlamento mande o Reino Unido de volta à mesa de negociação em Bruxelas ou poderia até mesmo interromper um processo iniciado em 2016.

(<https://exame.abril.com.br/>. 30.04.2018. Adaptado)

A notícia refere-se aos debates políticos acerca

- (A) das regras para escolha do novo Primeiro-Ministro.
- (B) da saída do Reino Unido da União Europeia.
- (C) das leis de restrição imigratória à Grã-Bretanha.
- (D) do processo separatista da Irlanda do Norte.
- (E) da participação do Reino Unido no Conselho de Segurança da ONU.

COMENTÁRIOS:

O fragmento da notícia traz algumas pistas para resolver a questão. Se refere a Bruxelas, considerada a capital da União Europeia, sede das principais instituições do bloco econômico. A outra referência é sobre “um processo iniciado em 2016”. Que processo é esse? O Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia.

Com essas informações já resolveríamos a questão. A notícia refere-se aos debates políticos acerca da saída do Reino Unido da União Europeia, prevista para ocorrer em março de 2019.

Gabarito: B





22. (VUNESP/PM SP/2018 – SOLDADO)

A política de “tolerância zero” adotada por certo tempo nos Estados Unidos recebeu inúmeras críticas e caiu por terra devido à falta de recursos do Governo norte-americano em 25 de junho. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

(<https://bit.ly/2BCKOF3>. 25.06.2018. Adaptado)

A “tolerância zero” consistia em

- (A) controlar a compra e venda de armas para a população civil, sobretudo, aos jovens.
- (B) separar as famílias dos imigrantes ilegais que cruzassem a fronteira do México.
- (C) condenar criminalmente os usuários de drogas com as mesmas penas dos traficantes.
- (D) impedir a entrada de grupos muçulmanos vindos de países do Oriente Médio e da África.
- (E) ampliar as penas de prisão para os acusados de racismo ou assédio sexual.

COMENTÁRIOS:

A “tolerância zero” consistia na separação de famílias de imigrantes que cruzam ilegalmente a fronteira com o México. Os pais eram enviados para centros de detenção (prisões) e processados criminalmente. Os filhos, menores de 18 anos, eram enviados para abrigos. Essa separação foi fortemente criticada nos Estados Unidos e no exterior.

Gabarito: B

23. (CEBRASPE/PM AL/2018 – SOLDADO)

Crianças imigrantes que passaram por abrigos depois de serem separadas dos pais na fronteira entre os Estados Unidos da América e o México apresentaram alterações de comportamento, que incluem recusa em seguir regras e apatia. Segundo a Academia Americana de Pediatria, a separação pode causar “traumas irreparáveis” nas crianças.

Folha de S.Paulo, 21/7/2018, capa (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto apresentado anteriormente como referência inicial e considerando aspectos sociais marcantes do mundo atual, julgue os próximos itens.

O texto retrata um tipo de problema agravado pela atual política norte-americana, que tem agido duramente contra a imigração ilegal.

COMENTÁRIOS:

Sob comando de Donald Trump, os Estados Unidos têm adotado uma política de tolerância zero à imigração ilegal. O controle nas fronteiras tem sido muito rígido, e Donald Trump ainda quer alongar a reforçar o muro na fronteira com o México para combater de forma mais dura a imigração



ilegal. No caso retratado pelo enunciado, os imigrantes ilegais adultos que eram flagrados atravessando a fronteira eram enviados para a prisão, e os seus filhos, que não poderiam ser presos, eram separados dos pais e enviados para albergues. Essa medida recebeu duras críticas e foi revogada, mas reflete o que é a política de tolerância zero à imigração ilegal do governo estadunidense.

Gabarito: Certo

(CEBRASPE/MP PI/2018 – TODOS OS CARGOS)

A Venezuela é um país rico em petróleo, mas que passa por enormes dificuldades econômicas e políticas, com altos impactos sociais. O país é atualmente governado pelo presidente Nicolás Maduro, que assumiu o poder em 2013, logo após a morte de Hugo Chávez. Maduro é um político polêmico, que chegou a afirmar, em 2017, que, se fosse preciso, poderia se transformar em um ditador para levar o país de volta à estabilidade. Com relação à crise política e econômica pela qual tem passado a Venezuela, julgue os próximos itens.

24. Os membros fundadores do MERCOSUL suspenderam, em 2017, a participação da Venezuela no bloco, sob a alegação de ruptura da ordem democrática no país.

COMENTÁRIOS:

A República Bolivariana da Venezuela se encontra atualmente suspensa do MERCOSUL. O bloco entendeu que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente, o que vai contra o que está disposto no Protocolo de Ushuaia.

Durante a suspensão, a Venezuela não pode participar de votações e de exercer a presidência rotativa do bloco. A suspensão não afeta as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Gabarito: Certo

25. Entre os países sul-americanos, o Brasil é o que mais recebe imigrantes venezuelanos, que buscam livrar-se da crise econômica de seu país.

COMENTÁRIOS:

A Colômbia é o país sul-americano que mais têm recebido imigrantes venezuelanos. Estima-se que entre 700 mil e um milhão de venezuelanos entraram no país desde 2014. Outros países sul-americano também recebem mais venezuelanos do que o Brasil, como o Peru e a Argentina.

Gabarito: Errado





26. Apesar da crise econômica, o governo venezuelano tem conseguido controlar a inflação no país.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela passa por um crítico cenário de hiperinflação. Em julho de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou uma projeção de que a Venezuela terá uma inflação de até 1.000.000% em 2018 e comparou a situação do país à enfrentada pela Alemanha em 1923 e pelo Zimbábue no fim dos anos 2000.

No relatório, o FMI prevê que a economia da Venezuela recuará 18% em 2018, três pontos percentuais acima da última projeção, e 5% em 2019, um ritmo menos intenso do que o calculado pela organização em abril.

Para tentar conter esta inflação, o governo lançou um plano econômico em agosto de 2018. A principal mudança do chamado "Madurazo" foi o **corte de cinco zeros da moeda local**, que passa a se chamar **bolívar soberano**. A nova moeda está ancorada na **criptomoeda Petro** criada pelo governo, por sua vez garantida pelo petróleo venezuelano.

Gabarito: Errado

27. Embora muito criticada pela comunidade internacional, a Venezuela não foi submetida a sanções econômicas por outros países, como as impostas, por exemplo, a Cuba e ao Irã.

COMENTÁRIOS:

Sob o governo de Donald Trump, os Estados Unidos já aplicaram uma série de sanções econômicas à Venezuela.

Foram proibidos de entrar nos Estados Unidos cerca de 60 funcionários e ex-funcionários do governo venezuelano, entre eles, Maduro e outros de alto escalão, acusados de corrupção e narcotráfico.

Trump também proibiu entidades americanas de negociar a dívida do Estado venezuelano ou de sua petroleira, PDVSA, e de comercializarem o "petro", a criptomoeda lançada pelo governo venezuelano.

Gabarito: Errado

28. O petróleo é a principal fonte de receitas do governo venezuelano.

COMENTÁRIOS:



O petróleo responde por 96% das receitas de exportação da Venezuela. Com a diminuição no preço do barril de petróleo, as finanças públicas definharam. A economia venezuelana é muito dependente de petróleo.

Gabarito: Certo

29. As maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo encontram-se na Venezuela.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela possui as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo. Na sequência vem a Arábia Saudita e o Irã. Apesar disso, os maiores produtores mundiais de petróleo são, respectivamente, Rússia, Arábia Saudita e Estados Unidos.

O país é um exportador de petróleo, mas a sua produção e exportação caíram significativamente nos últimos anos. A gravíssima crise econômica atingiu a produção venezuelana de petróleo.

Gabarito: Certo

30. (VUNESP/MP SP/2018 – ANALISTA JURÍDICO)

No dia 19 de abril, as agências internacionais de notícia informavam a eleição do novo presidente cubano. Depois de quase seis décadas foi eleito um presidente que não tem o sobrenome Castro pela Assembleia Nacional, escolhida em 11 de março deste ano. Sobre as eleições cubanas, é correto afirmar que

- (A) os membros da Assembleia Nacional, eleitos em março pelo voto popular, são contrários a qualquer tipo de abertura econômica.
- (B) Raul Castro, com 86 anos, resolveu renunciar ao poder por sentir-se debilitado para gerir os destinos da ilha.
- (C) o presidente eleito tem discurso de oposição ao regime castrista.
- (D) a Assembleia Nacional teve 605 candidatos para preencher as 605 vagas desse Parlamento.
- (E) Raul Castro era candidato à reeleição, mas não obteve apoio para mais um mandato.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Os membros da Assembleia Nacional não são eleitos diretamente pelo voto popular. São eleitos por um sistema distrital e setorial. Metade dos candidatos são nomeados em encontros públicos antes de serem aprovados por comitês eleitorais, a outra metade é nomeada por organizações específicas (como fazendeiros, estudantes etc.). Também não são contrários a algum tipo de abertura econômica.





De forma bastante resumida, o sistema eleitoral cubano funciona da seguinte maneira:

Em reuniões municipais, os cidadãos propõem, com a mão levantada, seus candidatos e depois votam neles em eleições diretas e secretas.

Dos delegados municipais eleitos, saem 50% dos candidatos a delegados provinciais e a deputados.

Os outros 50% são propostos diretamente por comissões de candidatura formadas por seis organizações sindicais e estudantis afins ao governo.

Esse sistema permite que qualquer cidadão possa ser eleito, seja ou não membro do Partido Comunista Cubano (PCC). Entretanto, também torna quase nulas as chances de vitória da oposição, porque os propostos passam, além da votação municipal, pela peneira das comissões de candidaturas.

b) Incorreto. Raul Castro não renunciou. Ao fim de seu segundo mandato, optou por deixar o cargo e não concorrer à outra reeleição.

c) Incorreto. Miguel Diaz-Canel, o novo presidente cubano, não tem discurso de oposição ao regime castrista, isto é, da família Castro, que governou Cuba por mais de cinco décadas. Diaz-Canel pretende dar continuidade à "Revolução Cubana", segundo suas próprias palavras.

d) Correto. A Assembleia Nacional teve 605 candidatos para preencher as 605 vagas desse Parlamento.

e) Incorreto. Raul Castro não era candidato à reeleição. Ao fim de seu mandato, ele optou por não concorrer mais à presidência de Cuba.

Como podemos perceber, nessa questão a alternativa correta foi uma alternativa bastante simples e direta, porém bastante específica, feita para confundir o candidato. Nesse caso, uma boa opção para resolver a questão seria ir marcando as incorretas, para, depois, encontrar, na alternativa que sobrar, a correta.

Gabarito: D

31. (VUNESP/PC-SP/2018 – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA)

O supremo líder do Irã, aiatolá Ali Khamenei, afirmou nesta segunda-feira (4 de junho de 2018) que qualquer um que lançar um míssil contra o país “será atingido por dez” em resposta. Além disso, Khamenei minimizou os temores de um eventual ataque, qualificando isso apenas como “propaganda” do Ocidente.

(Exame, 4 jun.18. Disponível em: . Adaptado)

As tensões entre o Irã e o Ocidente ressurgiram desde que

(A) o Irã interviu na questão Palestina, defendendo o direito dos palestinos ao seu próprio Estado nacional.

(B) os EUA decidiram bombardear a Síria e passaram a ameaçar a hegemonia iraniana sobre o Oriente Médio.



- (C) os EUA acusaram o Irã de financiar as ações do Estado Islâmico e dar abrigo a grupos fundamentalistas.
- (D) a União Europeia colocou em dúvida o acordo nuclear com o Irã por sentir-se ameaçada pelo país persa.
- (E) o presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo nuclear das potências mundiais com o Irã.

COMENTÁRIOS:

As tensões entre o Irã e o Ocidente ressurgiram desde que o presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo nuclear estabelecido entre potências mundiais com o Irã.

Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado de 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o programa nuclear do país. O Irã se comprometeu a limitar suas atividades nucleares em troca do alívio em sanções internacionais, abrindo o caminho para uma normalização da presença do país no cenário internacional.

Em 2018, entretanto, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo articulado pelo ex-presidente Barack Obama. Com a saída do acordo, os EUA retomaram a aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

Gabarito: E

32. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

Em sua assembleia anual, iniciada nesta segunda-feira [4 de junho], a OEA (Organização dos Estados Americanos) pode votar pela suspensão da Venezuela da entidade.

(Folha de S. Paulo, 04.06.18. Disponível em: <https://goo.gl/Au3nQT>. Adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta os argumentos utilizados pelos países que apoiam a suspensão.

- (A) A atual dificuldade venezuelana em conter o avanço do tráfico de drogas no interior das suas fronteiras e o aumento do crime organizado.
- (B) A profunda crise econômica que assola o país e a fuga de venezuelanos para os países vizinhos, agravando a crise migratória na região.
- (C) O desrespeito à Carta Democrática Interamericana e a falta de legitimidade das eleições presidenciais realizadas no mês de maio.
- (D) A situação extrema de pobreza no país e o aumento da mortalidade infantil e da disseminação de doenças tropicais.
- (E) A presença, no interior da oposição venezuelana, de grupos antidemocráticos e as sucessivas tentativas de golpe contra o presidente.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela é questionada por diversos países e pelo Secretário Geral da OEA em função da situação da democracia no país. Para esses atores políticos a democracia está violada no país e a eleição que reelegeu o presidente Nicolás Maduro, em maio de 2018, foi ilegítima, pois não teria sido um processo eleitoral livre. Na Assembleia da organização, realizada em junho de 2018, foi aprovada uma resolução que pode levar a expulsão da Venezuela da OEA.

Pela Carta Democrática Interamericana, para um país ser membro da OEA, ele deve ser uma democracia. Diante das muitas críticas que vem sofrendo e de movimentações para punir o país no âmbito da organização, a Venezuela solicitou a sua saída da entidade regional em abril de 2017. Pelo regulamento da organização a saída não é imediata e será efetivada em abril de 2019.

Gabarito: C

33. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

Braço direito de Raúl Castro, Miguel Díaz-Canel foi confirmado como líder de Cuba, colocando fim a quase 60 anos de era Castro. O político recebeu quase 100% dos votos na Assembleia Nacional, que confirmou nesta quinta-feira [19 de abril] a sua eleição para substituir Raúl Castro na presidência do país.

(Terra, 19.04.18. Disponível em: <https://goo.gl/dfbYtj>. Adaptado)

Entre as principais marcas da eleição do novo presidente de Cuba, é correto assinalar que Díaz-Canel

- (A) não pertence à geração que participou da Revolução Cubana de 1959.
- (B) é favorável à abertura política e econômica de Cuba.
- (C) defende o aprofundamento dos laços entre Cuba e os EUA.
- (D) vinculou-se, apenas recentemente, ao Partido Comunista Cubano.
- (E) acumulará a presidência e o comando direto do Partido Comunista

COMENTÁRIOS:

O novo presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, não pertence à geração que participou da Revolução Cubana de 1959. Ele será a primeira pessoa de fora da família Castro a comandar o país em quase 60 anos, desde a chegada ao poder do movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro. Canel não é militar, é um civil, e um membro antigo do Partido Comunista Cubano. Não exercerá o comando desse partido, que continuará com o ex-presidente Raúl Castro. Ele é vinculado ao ex-presidente e, segundo analistas, seguirá a linha de governo do antecessor. Assim, não se pode afirmar que é favorável à abertura política e econômica de Cuba. Também não se manifestou pelo aprofundamento dos laços entre Cuba e os EUA.

Gabarito: A





34. (CS-UFG/SANEAGO GO/2018 – AGENTE DE SANEAMENTO)

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016 deixou o mundo apreensivo porque em sua campanha prometia ações que poderiam indispor os EUA com os governos de diversas nações. Entre outras promessas, Donald Trump afirmou que iria construir um muro na fronteira sul do país, para impedir a entrada de imigrantes ilegais vindos do México; disse que barraria a entrada de refugiados, especialmente muçulmanos; ameaçou iniciar uma guerra comercial com a China e rever a participação dos EUA em acordos de livre-comércio. Essas promessas representam um desafio ao paradigma da globalização, pois rompe com a ideia de um mundo no qual deveria prevalecer a

- a) solidariedade entre nações, com a luta pela pacificação das regiões onde ocorrem grandes conflitos.
- b) integração econômica e cultural, com o livre movimento de pessoas, mercadorias e capitais.
- c) afirmação do territorialismo, com a delimitação e a proteção do território enquanto área e população.
- d) luta pela igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas no âmbito político, econômico e social.

COMENTÁRIOS:

As promessas de campanha de Donald Trump representam um desafio ao paradigma da globalização, pois rompem com a ideia de um mundo no qual deveria prevalecer a integração econômica e cultural, com o livre movimento de pessoas, mercadorias e capitais.

A teoria da globalização propõe o livre comércio, a livre circulação de capitais (dinheiro) e de pessoas entre os países e pelo globo. Ou seja, é um movimento que leva a uma maior integração econômica, social e cultural entre pessoas, povos, regiões e países. A multiplicação de blocos econômicos é uma das características da fase atual da globalização.

Medidas que Donald Trump vem adotando, como a retirada dos EUA do Tratado Trans-Pacífico, a adoção de sobretaxas a produtos importados, a sobretaxação de produtos importados da China, maiores restrições para a entrada de imigrantes nos EUA vão no sentido oposto da fase atual da globalização, o que o caracterizam como um governante nacionalista, protecionista e antiglobalização.

Gabarito: B

35. (CESGRANRIO/2018/BASA – TÉCNICO CIENTÍFICO)

Ao quebrar o consenso internacional em torno do estatuto de Jerusalém, cidade sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos, o presidente Donald Trump conduziu seu país ao isolamento. Uma ampla maioria da Assembleia Geral da ONU criticou a decisão que coloca um obstáculo à paz. A decisão de Trump contraria uma resolução da ONU, de 1980, que declarou nulas e sem



efeito todas as medidas adotadas por Israel que “modificam o caráter geográfico e histórico da Cidade Santa”.

ENDERLIN, C. Jerusalém, o erro fundamental. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 11, n. 126, jan. 2018, p. 10. Adaptado.

O texto acima refere-se à decisão do presidente Donald Trump, em dezembro de 2017, de

- a) determinar Jerusalém Oriental como palestina.
- b) transferir a embaixada dos EUA para Tel Aviv.
- c) consultar oficialmente a Autoridade Palestina.
- d) reconhecer Jerusalém como capital de Israel.
- e) reativar a presença israelense na Faixa de Gaza.

COMENTÁRIOS:

O texto refere-se à decisão do presidente Donald Trump de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel. O Estado judeu considera Jerusalém sua capital eterna e indivisível. Mas os palestinos reivindicam parte da cidade (Jerusalém Oriental) para ser a capital do seu futuro Estado. Sendo assim, muitos países e organismos internacionais não reconhecem a decisão de Israel de declarar a totalidade da cidade de Jerusalém como sendo a sua capital, concordando com o pleito palestino.

Gabarito: D

36. (FEPESE/CELESC/2018 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO)

Ampliou-se recentemente o permanente clima de tensão na região do Oriente Médio.

Assinale a alternativa que indica o acontecimento que motivou tal acirramento.

- a) As ações norte-americanas de apoio ao Irã que contrariam os interesses políticos dos Emirados Árabes e Arábia Saudita.
- b) A formação de uma coligação política entre Egito, Emirados Árabes, Síria e Irã contra o governo da Arábia Saudita, que conta com o apoio velado dos Estados Unidos.
- c) A decisão do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de transferir a embaixada americana em Israel para Jerusalém.
- d) A decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas que ratificou a decisão de Vanuatu, Taiwan, Ucrânia, República Checa e Estados Unidos de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel.
- e) A decisão do Senado dos Estados Unidos, por iniciativa do ex-presidente Obama e seus aliados democratas, de não aprovar a nova política norte-americana em relação ao Oriente Médio e proibir o fornecimento de armas e equipamentos a Israel.



COMENTÁRIOS:

Em dezembro de 2017, o presidente Donald Trump anunciou que os Estados Unidos reconheciam Jerusalém (na sua totalidade) como a capital de Israel e a transferência da embaixada americana para a cidade. Em 14 de maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos da fundação do estado de Israel, a embaixada americana foi inaugurada em Jerusalém.

Atualmente, a grande maioria dos países mantêm suas embaixadas em Tel Aviv, justamente pela falta de consenso na comunidade internacional sobre o status de Jerusalém.

Os EUA são um forte opositor do Irã e são aliados da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes. O Egito é um país amigo da Arábia Saudita, que se opõe ao regime de Bashar al-Assad na Síria, que é apoiado pelo Irã. Os EUA também se opõem ao regime de Assad.

O Conselho de Segurança da ONU não aprovou nenhuma resolução favorável ao reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel, pelo contrário, por 14 votos a 1 condenou a decisão dos Estados Unidos. A Ucrânia não reconhece Jerusalém como a capital de Israel, mas Vanuatu, Taiwan e República Checa estão entre os poucos países que reconhecem.

A alternativa “e” é uma invenção do examinador.

Gabarito: C

37. (FCC/SABESP/2018 – TÉCNICO EM GESTÃO)

Leia comentários feitos logo após uma importante decisão de Donald Trump em dezembro de 2017.

“A decisão de Trump foi lamentável e não é aprovada pela França” (Presidente da França).

“A decisão de Trump é pouco útil para a paz e o Reino Unido não pretende seguir seus passos” (Primeira-ministra britânica).

(Adaptado de: Globo – goo.gl/tNsTnf)

Os comentários referem-se à decisão de Trump de

- (A) proibir a entrada de refugiados de origem islâmica.
- (B) transferir a embaixada norte-americana para Jerusalém.
- (C) estabelecer sanções econômicas à Coreia do Norte.
- (D) cortar relações diplomáticas com a Rússia após o apoio do país à Síria.
- (E) erguer um muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México.

COMENTÁRIOS:

Questão complicada. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é conhecido por suas declarações polêmicas e por medidas polêmicas, que são, muitas vezes, consideradas preconceituosas e extremistas por parte de segmentos da sociedade. Quem está atualizado



provavelmente sabe que todas as alternativas apresentam fatos sobre os quais Trump realmente fez declarações, com exceção da alternativa “D”, que é uma invenção do examinador. Portanto, o enunciado traz a data como a “chave” para a resolução da questão. Vamos analisar as alternativas:

a) **Incorreta.** O anúncio sobre a proibição da entrada de refugiados de origem islâmica foi em janeiro de 2017.

b) **Correta.** Em dezembro de 2017, Donald Trump anunciou a transferência da embaixada norte-americana para Jerusalém, que se concretizou, de fato, em 14 de maio de 2018. O anúncio foi largamente criticado por líderes mundiais de dezenas de países, entre eles os da França e Reino Unido.

c) **Incorreta.** De fato, os EUA estabeleceram novas sanções econômicas à Coreia do Norte, em fevereiro de 2018. Isso está correto, mas não é o que está descrito nos fragmentos das notícias, que são de dezembro de 2017.

d) **Incorreta.** Apesar de criticar a Rússia pelo seu apoio ao regime de Bashar al-Assad e de expulsar 60 diplomatas russos após o envenenamento de Skripal, um ex-espião russo, em março de 2018, Trump não cortou relações diplomáticas com a Rússia.

e) **Incorreta.** A construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México é uma das promessas de campanha de Donald Trump. Ressalta-se que parte deste muro já foi construído por governos anteriores. No governo de Trump, ele segue em construção de forma lenta. Em janeiro de 2017, Trump assinou uma ordem para a construção do muro, mas não há nenhuma evidência de que as obras de construção se aceleraram para o muro ficar totalmente construído no governo do republicano.

Gabarito: B

38. (CETREDE/PREFEITURA DE CANINDÉ CE/2018 – VETERINÁRIO)

O presidente dos EUA, Donald Trump, estimula o uso de combustíveis fósseis, especialmente o carvão, ao passo que a China está se firmando como potência da tecnologia de energia limpa. A produção de energia, a partir de fontes mais limpas e eficientes, visa contribuir para a solução de grande parte das atuais preocupações relacionadas com a energia e a conservação do meio ambiente. Entende-se como energia limpa

a) aquela energia que foi obtida a partir de fontes que geram poluentes na atmosfera e trazem malefícios para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.

b) aquela que libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas destes gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

c) aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.



d) aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia usadas para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transportes (caso da gasolina e do diesel) também são consideradas fontes de energia limpa.

e) aquela que libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia usadas para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transportes (caso da gasolina e do diesel) também são consideradas fontes de energia limpa.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta. Esta é a definição de energia suja, não de energia limpa.

b) Incorreta. Energia limpas NÃO liberam, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. Entretanto, a segunda frase está correta: também são consideradas fontes de energia limpa as que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos.

c) Correta. Energia limpa é aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

d) Incorreta. Carvão mineral, gasolina e diesel não são consideradas fontes de energia limpa. A combustão desses produtos libera muitos resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global na atmosfera.

e) Incorreta. Energia limpa é aquela que NÃO libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. Entretanto, as fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

Gabarito: C

39. (VUNESP/CÂMARA DE DOIS CÓRREGOS/2018 – OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO)

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou nesta segunda-feira (20 de novembro) que um certo país foi recolocado na lista de Estados patrocinadores de terrorismo. Segundo Trump, os EUA anunciarão novas sanções contra esse país, que havia sido retirado da lista de países patrocinadores de terrorismo pelo ex-presidente republicano George W. Bush em 2008, em uma tentativa de salvar as negociações para um acordo nuclear. Trump considerava a inclusão do país no grupo por conta de suas ambições nucleares e de seus ataques cibernéticos contra os EUA e outros países.



(UOL, 20 nov. 17. Disponível em: <<https://goo.gl/Ry7K98>>. Adaptado)

A notícia trata de uma decisão dos EUA em relação

- (A) ao Afeganistão.
- (B) a Cuba.
- (C) à China.
- (D) à Índia.
- (E) à Coreia do Norte.

COMENTÁRIOS:

Entre os países listados nas alternativas, qual deles possui um programa nuclear em andamento, realizando, inclusive, testes nucleares que são criticados por boa parte dos chefes de Estado no mundo? É a Coreia do Norte, país que Donald Trump, desde que assumiu, tem tido uma postura ofensiva, incluindo até mesmo a possibilidade de se iniciar uma guerra contra.

Gabarito: E





11 – LISTA DE QUESTÕES

1. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

- a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.
- c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.
- d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Jerusalém já foi ocupada, destruída, sitiada, atacada e capturada muitas vezes por diferentes povos – entre eles egípcios, babilônios, romanos, árabes e judeus – em cerca de três mil anos de história.

Internet: <www.bbc.com>.

A respeito dos aspectos políticos da Jerusalém atual, julgue os itens.

- 2. Além, obviamente, de Israel, três países consideram Jerusalém, atualmente, como a capital do Estado judeu: Estados Unidos; Guatemala; e Paraguai.
- 3. A cidade é considerada como sagrada para os adeptos de três grandes religiões monoteístas do mundo.



4. Para a Organização das Nações Unidas, o status de Jerusalém deverá ser definido nas negociações entre israelenses e palestinos.
5. Empresários do agronegócio mostraram preocupação com a possibilidade de reconhecimento de Jerusalém, pelo Brasil, como capital de Israel, aventada pelo presidente Jair Bolsonaro, ainda durante a transição, em 2018.

(QUADRIX/CONRERP-SP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

6. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.
7. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.
8. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.
9. Mauricio Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.
10. O dia 23 de fevereiro último, que ficou conhecido como o “Dia D” da chegada da ajuda humanitária à Venezuela, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas próximas à fronteira com o Brasil.

(FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em junho de 2018, foram divulgadas notícias como esta:

A política de 'tolerância zero' implementada pelo governo de Donald Trump vem sendo alvo de inúmeras críticas. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

A política de tolerância zero



- a) dificultou a entrada de imigrantes africanos sob o pretexto de reduzir o descontentamento dos grupos que defendem a supremacia branca.
- b) revogou milhares de certidões de cidadania obtidos por imigrantes durante o período de governo do presidente Barack Obama.
- c) proibiu a prática de abortos entre mulheres adolescentes, mesmo em estados onde as leis já garantiam esse procedimento.
- d) tornou ilegal a presença dos imigrantes que vivessem nos Estados Unidos há menos de 3 anos, mesmo aqueles que trabalhassem.
- e) foi implementada na fronteira dos EUA com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais.

12. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de “coletes amarelos”.

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente. Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 24.11.2018. Adaptado)

A notícia refere-se a acontecimento

- (A) no Peru.
- (B) na França.
- (C) no México.
- (D) na Índia.
- (E) na Hungria.

13. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

A respeito das eleições legislativas estadunidenses, realizadas em novembro de 2018, é correto afirmar que

- (A) os republicanos elegeram quase todos os governadores dos estados, com exceção dos estados do Novo México, Kansas e Nevada.



- (B) surpreendeu negativamente o pequeno número de mulheres participando do processo eleitoral, seja como candidatas ou eleitoras.
- (C) os democratas conquistaram a maioria da Câmara dos Representantes, e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos no Senado.
- (D) a pequena participação do eleitorado, a menor dos últimos 30 anos, garantiu a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente Trump.
- (E) os republicanos reconquistaram a maioria tanto na Câmara dos Representantes como no Senado.

14. (VUNESP/TJ SP/2019 – ENFERMEIRO JUDICIÁRIO)

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, que ocorreram nesta terça-feira, 6 de novembro, vão eleger representantes para as 435 cadeiras da Câmara e um terço do Senado, além de 36 dos 50 governadores.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

As eleições de meio de mandato marcaram o controle

- (A) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais diverso.
- (B) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais belicista.
- (C) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais conservador.
- (D) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais autoritário.
- (E) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais isolacionista.

15. (VUNESP/TJ SP/2019 – MÉDICO JUDICIÁRIO)

O perfil dos candidatos que concorreram a uma vaga no Poder Legislativo aponta para maior participação feminina e jovem. Os primeiros resultados da eleição mostram o novo perfil eleito: o país elegeu as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, a primeira mulher indígena, além da deputada mais jovem da história.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

A notícia citada está relacionada às eleições

- (A) no Canadá.
- (B) na Alemanha.
- (C) nos EUA.
- (D) na França.
- (E) na Inglaterra.

16. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)



[...] o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, descreveu a decisão de Trump como o “tapa na cara do século” e disse que os Estados Unidos não são mais considerados por ele como um “mediador do conflito no Oriente Médio”. Ele ainda condenou o que chamou de um “massacre” contra seu povo e decretou três dias de luto pela morte dos manifestantes nesta segunda-feira (14.05.2018).

(www.bbc.com. Adaptado)

A causa da revolta da liderança palestina em destaque na reportagem diz respeito

- (A) à transferência da embaixada estadunidense em Israel para a cidade de Jerusalém.
- (B) à suspensão do status da Autoridade Palestina da categoria de Estado observador não-membro da ONU.
- (C) ao apoio dos Estados Unidos à anexação da Faixa de Gaza pelo governo de Israel.
- (D) à criação de um centro de detenção de suspeitos de atos terroristas nas Colinas de Golã.
- (E) à ocupação militar da Cisjordânia pelos Estados Unidos em locais considerados sagrados pelo povo palestino.

17. (VUNESP/PC SP/2018 – AGETEL)

O Acordo Nuclear do Irã, ou Plano de Ação Conjunto Global, firmado em 2015, representa uma das maiores conquistas em política externa da administração Barack Obama. Firmado entre o Irã, Estados Unidos, China, Rússia e países da União Europeia, estabeleceu limites para o enriquecimento de urânio iraniano, evitando que ele seja utilizado na construção de uma bomba nuclear, ao mesmo tempo em que eliminou sanções impostas ao país.

(https://istoe.com.br/. 11.05.2018. Acesso em 13.05.2018)

Em relação ao acordo mencionado, o Presidente Donald Trump, em maio deste ano, tomou a seguinte medida:

- (A) exigiu publicamente a exclusão da Rússia.
- (B) sugeriu a entrada da França no acordo.
- (C) determinou a retirada dos EUA.
- (D) propôs que a ONU reajustasse as cláusulas.
- (E) ratificou a participação dos EUA

(CEBRASPE/FUB/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

18. O Brexit, que preparou a saída do Reino Unido da União Europeia, foi finalizado dentro da normalidade democrática.





19. A retirada dos Estados Unidos da América do acordo nuclear com o Irã tem influência direta na geopolítica do Oriente Médio.

20. (VUNESP/MP SP/2018 – ANALISTA JURÍDICO)

Reino Unido e União Europeia afirmam que pretendem evitar o restabelecimento de uma fronteira “dura” entre uma província britânica e uma república, que é membro da União Europeia, após a saída britânica do bloco, no fim de março de 2019. Essa preocupação dos negociadores do Brexit se concentra na manutenção da convivência pacífica entre

- (A) a Escócia e o País de Gales.
- (B) o País de Gales e a Irlanda do Sul.
- (C) a República da Irlanda e a Escócia.
- (D) a Irlanda do Norte e o País de Gales.
- (E) a Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

21. (VUNESP/PC SP/2018 – PAPILOSCOPISTA POLICIAL)

A Câmara dos Lordes do Reino Unido aprovou uma emenda que dá poderes ao Parlamento, derrotando o governo da Primeira-Ministra, Theresa May. Os lordes, que ocupam a câmara alta do Parlamento, aprovaram por 335 votos a 244 uma emenda que permitiria que o Parlamento mande o Reino Unido de volta à mesa de negociação em Bruxelas ou poderia até mesmo interromper um processo iniciado em 2016.

(<https://exame.abril.com.br/>. 30.04.2018. Adaptado)

A notícia refere-se aos debates políticos acerca

- (A) das regras para escolha do novo Primeiro-Ministro.
- (B) da saída do Reino Unido da União Europeia.
- (C) das leis de restrição imigratória à Grã-Bretanha.
- (D) do processo separatista da Irlanda do Norte.
- (E) da participação do Reino Unido no Conselho de Segurança da ONU.

22. (VUNESP/PM SP/2018 – SOLDADO)

A política de “tolerância zero” adotada por certo tempo nos Estados Unidos recebeu inúmeras críticas e caiu por terra devido à falta de recursos do Governo norte-americano em 25 de junho. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

(<https://bit.ly/2BCKOF3>. 25.06.2018. Adaptado)

A “tolerância zero” consistia em



- (A) controlar a compra e venda de armas para a população civil, sobretudo, aos jovens.
- (B) separar as famílias dos imigrantes ilegais que cruzassem a fronteira do México.
- (C) condenar criminalmente os usuários de drogas com as mesmas penas dos traficantes.
- (D) impedir a entrada de grupos muçulmanos vindos de países do Oriente Médio e da África.
- (E) ampliar as penas de prisão para os acusados de racismo ou assédio sexual.

23. (CEBRASPE/PM AL/2018 – SOLDADO)

Crianças imigrantes que passaram por abrigos depois de serem separadas dos pais na fronteira entre os Estados Unidos da América e o México apresentaram alterações de comportamento, que incluem recusa em seguir regras e apatia. Segundo a Academia Americana de Pediatria, a separação pode causar “traumas irreparáveis” nas crianças.

Folha de S.Paulo, 21/7/2018, capa (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto apresentado anteriormente como referência inicial e considerando aspectos sociais marcantes do mundo atual, julgue os próximos itens.

O texto retrata um tipo de problema agravado pela atual política norte-americana, que tem agido duramente contra a imigração ilegal.

(CEBRASPE/MP PI/2018 – TODOS OS CARGOS)

A Venezuela é um país rico em petróleo, mas que passa por enormes dificuldades econômicas e políticas, com altos impactos sociais. O país é atualmente governado pelo presidente Nicolás Maduro, que assumiu o poder em 2013, logo após a morte de Hugo Chávez. Maduro é um político polêmico, que chegou a afirmar, em 2017, que, se fosse preciso, poderia se transformar em um ditador para levar o país de volta à estabilidade. Com relação à crise política e econômica pela qual tem passado a Venezuela, julgue os próximos itens.

24. Os membros fundadores do MERCOSUL suspenderam, em 2017, a participação da Venezuela no bloco, sob a alegação de ruptura da ordem democrática no país.

25. Entre os países sul-americanos, o Brasil é o que mais recebe imigrantes venezuelanos, que buscam livrar-se da crise econômica de seu país.

26. Apesar da crise econômica, o governo venezuelano tem conseguido controlar a inflação no país.



27. Embora muito criticada pela comunidade internacional, a Venezuela não foi submetida a sanções econômicas por outros países, como as impostas, por exemplo, a Cuba e ao Irã.
28. O petróleo é a principal fonte de receitas do governo venezuelano.
29. As maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo encontram-se na Venezuela.

30. (VUNESP/MP SP/2018 – ANALISTA JURÍDICO)

No dia 19 de abril, as agências internacionais de notícia informavam a eleição do novo presidente cubano. Depois de quase seis décadas foi eleito um presidente que não tem o sobrenome Castro pela Assembleia Nacional, escolhida em 11 de março deste ano. Sobre as eleições cubanas, é correto afirmar que

- (A) os membros da Assembleia Nacional, eleitos em março pelo voto popular, são contrários a qualquer tipo de abertura econômica.
- (B) Raul Castro, com 86 anos, resolveu renunciar ao poder por sentir-se debilitado para gerir os destinos da ilha.
- (C) o presidente eleito tem discurso de oposição ao regime castrista.
- (D) a Assembleia Nacional teve 605 candidatos para preencher as 605 vagas desse Parlamento.
- (E) Raul Castro era candidato à reeleição, mas não obteve apoio para mais um mandato.

31. (VUNESP/PC-SP/2018 – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA)

O supremo líder do Irã, aiatolá Ali Khamenei, afirmou nesta segunda-feira (4 de junho de 2018) que qualquer um que lançar um míssil contra o país “será atingido por dez” em resposta. Além disso, Khamenei minimizou os temores de um eventual ataque, qualificando isso apenas como “propaganda” do Ocidente.

(Exame, 4 jun.18. Disponível em: . Adaptado)

As tensões entre o Irã e o Ocidente ressurgiram desde que

- (A) o Irã interviu na questão Palestina, defendendo o direito dos palestinos ao seu próprio Estado nacional.
- (B) os EUA decidiram bombardear a Síria e passaram a ameaçar a hegemonia iraniana sobre o Oriente Médio.
- (C) os EUA acusaram o Irã de financiar as ações do Estado Islâmico e dar abrigo a grupos fundamentalistas.
- (D) a União Europeia colocou em dúvida o acordo nuclear com o Irã por sentir-se ameaçada pelo país persa.



(E) o presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo nuclear das potências mundiais com o Irã.

32. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

Em sua assembleia anual, iniciada nesta segunda-feira [4 de junho], a OEA (Organização dos Estados Americanos) pode votar pela suspensão da Venezuela da entidade.

(Folha de S. Paulo, 04.06.18. Disponível em: <https://goo.gl/Au3nQT>. Adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta os argumentos utilizados pelos países que apoiam a suspensão.

(A) A atual dificuldade venezuelana em conter o avanço do tráfico de drogas no interior das suas fronteiras e o aumento do crime organizado.

(B) A profunda crise econômica que assola o país e a fuga de venezuelanos para os países vizinhos, agravando a crise migratória na região.

(C) O desrespeito à Carta Democrática Interamericana e a falta de legitimidade das eleições presidenciais realizadas no mês de maio.

(D) A situação extrema de pobreza no país e o aumento da mortalidade infantil e da disseminação de doenças tropicais.

(E) A presença, no interior da oposição venezuelana, de grupos antidemocráticos e as sucessivas tentativas de golpe contra o presidente.

33. (VUNESP/PC-SP/2018 – AGENTE DE POLÍCIA)

Braço direito de Raúl Castro, Miguel Díaz-Canel foi confirmado como líder de Cuba, colocando fim a quase 60 anos de era Castro. O político recebeu quase 100% dos votos na Assembleia Nacional, que confirmou nesta quinta-feira [19 de abril] a sua eleição para substituir Raúl Castro na presidência do país.

(Terra, 19.04.18. Disponível em: <https://goo.gl/dfbYtj>. Adaptado)

Entre as principais marcas da eleição do novo presidente de Cuba, é correto assinalar que Díaz-Canel

(A) não pertence à geração que participou da Revolução Cubana de 1959.

(B) é favorável à abertura política e econômica de Cuba.

(C) defende o aprofundamento dos laços entre Cuba e os EUA.

(D) vinculou-se, apenas recentemente, ao Partido Comunista Cubano.

(E) acumulará a presidência e o comando direto do Partido Comunista

34. (CS-UFG/SANEAGO GO/2018 – AGENTE DE SANEAMENTO)



A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos em 2016 deixou o mundo apreensivo porque em sua campanha prometia ações que poderiam indispor os EUA com os governos de diversas nações. Entre outras promessas, Donald Trump afirmou que iria construir um muro na fronteira sul do país, para impedir a entrada de imigrantes ilegais vindos do México; disse que barraria a entrada de refugiados, especialmente muçulmanos; ameaçou iniciar uma guerra comercial com a China e rever a participação dos EUA em acordos de livre-comércio. Essas promessas representam um desafio ao paradigma da globalização, pois rompe com a ideia de um mundo no qual deveria prevalecer a

- a) solidariedade entre nações, com a luta pela pacificação das regiões onde ocorrem grandes conflitos.
- b) integração econômica e cultural, com o livre movimento de pessoas, mercadorias e capitais.
- c) afirmação do territorialismo, com a delimitação e a proteção do território enquanto área e população.
- d) luta pela igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas no âmbito político, econômico e social.

35. (CESGRANRIO/2018/BASA – TÉCNICO CIENTÍFICO)

Ao quebrar o consenso internacional em torno do estatuto de Jerusalém, cidade sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos, o presidente Donald Trump conduziu seu país ao isolamento. Uma ampla maioria da Assembleia Geral da ONU criticou a decisão que coloca um obstáculo à paz. A decisão de Trump contraria uma resolução da ONU, de 1980, que declarou nulas e sem efeito todas as medidas adotadas por Israel que “modificam o caráter geográfico e histórico da Cidade Santa”.

ENDERLIN, C. Jerusalém, o erro fundamental. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 11, n. 126, jan. 2018, p. 10. Adaptado.

O texto acima refere-se à decisão do presidente Donald Trump, em dezembro de 2017, de

- a) determinar Jerusalém Oriental como palestina.
- b) transferir a embaixada dos EUA para Tel Aviv.
- c) consultar oficialmente a Autoridade Palestina.
- d) reconhecer Jerusalém como capital de Israel.
- e) reativar a presença israelense na Faixa de Gaza.

36. (FEPESE/CELESC/2018 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO)

Ampliou-se recentemente o permanente clima de tensão na região do Oriente Médio.

Assinale a alternativa que indica o acontecimento que motivou tal acirramento.

- a) As ações norte-americanas de apoio ao Irã que contrariam os interesses políticos dos Emirados Árabes e Arábia Saudita.



- b) A formação de uma coligação política entre Egito, Emirados Árabes, Síria e Irã contra o governo da Arábia Saudita, que conta com o apoio velado dos Estados Unidos.
- c) A decisão do Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de transferir a embaixada americana em Israel para Jerusalém.
- d) A decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas que ratificou a decisão de Vanuatu, Taiwan, Ucrânia, República Checa e Estados Unidos de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel.
- e) A decisão do Senado dos Estados Unidos, por iniciativa do ex-presidente Obama e seus aliados democratas, de não aprovar a nova política norte-americana em relação ao Oriente Médio e proibir o fornecimento de armas e equipamentos a Israel.

37. (FCC/SABESP/2018 – TÉCNICO EM GESTÃO)

Leia comentários feitos logo após uma importante decisão de Donald Trump em dezembro de 2017.

“A decisão de Trump foi lamentável e não é aprovada pela França” (Presidente da França).

“A decisão de Trump é pouco útil para a paz e o Reino Unido não pretende seguir seus passos” (Primeira-ministra britânica).

(Adaptado de: Globo – goo.gl/tNsTnf)

Os comentários referem-se à decisão de Trump de

- (A) proibir a entrada de refugiados de origem islâmica.
- (B) transferir a embaixada norte-americana para Jerusalém.
- (C) estabelecer sanções econômicas à Coreia do Norte.
- (D) cortar relações diplomáticas com a Rússia após o apoio do país à Síria.
- (E) erguer um muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México.

38. (CETREDE/PREFEITURA DE CANINDÉ CE/2018 – VETERINÁRIO)

O presidente dos EUA, Donald Trump, estimula o uso de combustíveis fósseis, especialmente o carvão, ao passo que a China está se firmando como potência da tecnologia de energia limpa. A produção de energia, a partir de fontes mais limpas e eficientes, visa contribuir para a solução de grande parte das atuais preocupações relacionadas com a energia e a conservação do meio ambiente. Entende-se como energia limpa

- a) aquela energia que foi obtida a partir de fontes que geram poluentes na atmosfera e trazem malefícios para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.
- b) aquela que libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que

liberam quantidades muito baixas destes gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

c) aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia que liberam quantidades muito baixas desses gases ou resíduos também são consideradas fontes de energia limpa.

d) aquela que não libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia usadas para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transportes (caso da gasolina e do diesel) também são consideradas fontes de energia limpa.

e) aquela que libera, durante seu processo de produção ou consumo, resíduos ou gases poluentes geradores do efeito estufa e do aquecimento global. As fontes de energia usadas para a geração de energia elétrica (caso das usinas termelétricas que usam carvão mineral) ou em meios de transportes (caso da gasolina e do diesel) também são consideradas fontes de energia limpa.

39. (VUNESP/CÂMARA DE DOIS CÓRREGOS/2018 – OFICIAL DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO)

O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou nesta segunda-feira (20 de novembro) que um certo país foi recolocado na lista de Estados patrocinadores de terrorismo. Segundo Trump, os EUA anunciarão novas sanções contra esse país, que havia sido retirado da lista de países patrocinadores de terrorismo pelo ex-presidente republicano George W. Bush em 2008, em uma tentativa de salvar as negociações para um acordo nuclear. Trump considerava a inclusão do país no grupo por conta de suas ambições nucleares e de seus ataques cibernéticos contra os EUA e outros países.

(UOL, 20 nov. 17. Disponível em: <<https://goo.gl/Ry7K98>>. Adaptado)

A notícia trata de uma decisão dos EUA em relação

- (A) ao Afeganistão.
- (B) a Cuba.
- (C) à China.
- (D) à Índia.
- (E) à Coreia do Norte.



12 – GABARITO

1. A
2. E
3. C
4. C
5. C
6. C
7. C
8. C
9. E
10. C
11. E
12. B
13. C
14. A
15. C
16. A
17. C
18. E
19. C
20. E
21. B
22. B
23. C
24. C
25. E
26. E
27. E
28. C
29. C
30. D
31. E
32. C
33. A
34. B
35. D
36. C
37. B
38. C
39. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.